



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 28 - Nº 528 - DE 18 DE SETEMBRO A 2 DE OUTUBRO DE 2016 - R\$ 4,00

Abaixo Temer!

**Por uma frente única operária e camponesa,
das massas exploradas e oprimidas,
contra as medidas antinacionais e antipopulares**

**Por um Governo
Operário e Camponês**

**Somente a classe operária e a maioria
explorada podem julgar Lula e o PT**

**Não à criminalização
do PT e de Lula!
Por um Tribunal Popular
para julgá-los e aos
crimes de classe
da burguesia, seus
partidos, governos
e instituições!**



Luta frentista contra o governo golpista de Temer

O processo de impeachment ressuscitou a bandeira de unidade das esquerdas. Com a derrubada definitiva de Dilma Rousseff e a posse definitiva de Michel Temer, a discussão se ampliou. Não haveria mais justificativa para não se atuar conjuntamente contra o governo golpista, que pôs em andamento uma série de medidas antinacionais e antipopulares.

A noção de unidade das esquerdas agora é mais larga e laxa. O PT e PCdoB, seu fiel aliado, voltaram a ser recolocados nessa categoria. Até ontem eram governistas. Estavam juntos no governo de Lula e de Dilma Rousseff. Foram responsáveis pela aplicação de medidas antinacionais e antipopulares (privatizações, pagamento de altos juros aos credores da dívida pública, reforma da previdência, quebra de direitos, etc.).

É verdade que há quem os mantinha como parte das esquerdas, diferenciando o governo petista como “progressivo”, “popular” ou equivalente. Há inclusive quem justificou seu apoio a Dilma por considerar seu governo melhor do que o que viria com o golpe. E houve quem justificasse o não apoio por considerá-lo igual a todos os governos. Mas, agora, novos contornos são acrescentados a essa categoria conceitual. O PT já não tem o poder do Estado, embora continue fazendo parte dele. E está sendo perseguido pelo aparato judicial e policial. O que de fato mudou, no entanto, é a situação política e não o caráter político do PT e PCdoB.

As esquerdas não governistas também sentiram o impacto das mudanças. O PSOL se reaproximou do PT. O PSTU sofreu uma importante cisão, com a fração do MAIS se aproximando do PSOL. A constituição da frente Povo Sem Medo serviu de diferencial organizativo da Frente Brasil Popular. É bem possível que no interior do PT se desenvolva o fracionismo, a depender do baque eleitoral e do grau de adaptação da fração majoritária ao governo golpista. Nota-se que, ao mesmo tempo em que se projeta a bandeira de unidade das esquerdas, cresce o divisionismo no seio das organizações. O MAIS surgiu em nome da rejeição ao sectarismo e da unidade das esquerdas (“nas ruas e nas urnas”).

Esse novo quadro que ainda deve sofrer alterações tem uma particularidade: há agora um inimigo comum, o governo golpista. Assim, todo o esforço frentista deve nele se concentrar. Em geral, tem sentido. Temer expressa a necessidade da burguesia, em especial do capital financeiro, de ir fundo no ataque às massas e no entreguismo, que o governo do PT mantinha a meio caminho. Um amplo movimento massivo e unitário para combater e derrubar as medidas antinacionais e antipopulares está posto pela nova situação.

Qualquer ação contrária a essa luta é pró-governo golpista. Converte-se em favor da consolidação do golpe de Estado.

No entanto, não é essa unidade das esquerdas e dos movimentos que se está constituindo. Mas sim a de elevação da bandeira de “Eleições Já” ou “Eleições Gerais”, que tem dado o conteúdo estratégico do “Fora Temer”. A unidade das esquerdas em torno do “Fora Temer”. “Eleições Já” (ou “Eleições Gerais”) é uma unidade no campo da oposição burguesa, dirigida pelo PT e PCdoB. É preciso que vanguarda classista rechace a frente oposicionista burguesa e defenda a frente única operária e camponesa, das massas exploradas e oprimidas, contra as medidas antinacionais e antipopulares e voltada a pôr abaixo o governo golpista pela ação revolucionária das massas.

É com essa linha que se devia atuar no processo de impeachment, como fez o POR, e é com ela que se deve atuar sob o governo golpista, considerando as novas particularidades da crise. A defesa de uma frente única da classe operária e da maioria explorada não pode desconhecer que a demissões massivas e a elevação do desemprego não apenas têm sido postas de lado, como os sindicatos têm colaborado selando acordos de PDV e flexibilização trabalhista.

A conduta da burocracia sindical cutista de acompanhar a burocracia forçista em seu esforço de aproximação como o ministro do Trabalho é contrária à unidade classista dos explorados. Em nome da unidade das esquerdas, tem-se evitado atacar abertamente a colaboração de classes, que comparece concretamente nos acordos com as montadoras e na boa vizinhança com o ministro do Trabalho. As manobras políticos-sindicais que se fazem diante das demissões é um crime que se comete contra os assalariados. É necessário combatê-las para alcançar a unidade frentista dos explorados contra a burguesia e seu governo golpista.

Desde maio, a CUT acenou com a greve geral. Mas o que se tem feito é sacrificar os interesses gerais da classe operária costurando acordos de PDV, lay-off e PPE. A cisão do movimento em manifestações de dias distintos – 22 e 29 de setembro – é um mau sinal para a organização de uma verdadeira greve geral. Há o risco do PT e da burocracia sindical canalizarem o descontentamento crescente dos explorados para a estratégia de oposição burguesa.

O POR chama a vanguarda e as correntes de esquerda a constituírem uma fração de combate pelo programa proletário e pelos métodos de luta dos explorados. **Por uma frente única sindical e política, operária e camponesa, em defesa do programa de reivindicações da maioria oprimida e de combate ao governo golpista de Michel Temer.**

Em nome da unidade das esquerdas, tem-se evitado atacar abertamente a colaboração de classes, que comparece concretamente nos acordos com as montadoras e na boa vizinhança com o ministro do Trabalho. As manobras políticos-sindicais que se fazem diante das demissões é um crime que se comete contra os assalariados. É necessário combatê-las para alcançar a unidade frentista dos explorados contra a burguesia e seu governo golpista.

Somente a classe operária e a maioria explorada podem julgar Lula

Depois do espetáculo da “condução coercitiva” de Lula, em março, agora, o procurador federal, Deltan Dallagnol, o repete em um show de mídia, colocando o ex-presidente como comandante de uma quadrilha que pretendia se perpetuar no poder. Passada a publicidade dedicada à cassação de Eduardo Cunha, a Procuradoria da República no Paraná expôs a denúncia de Lula, que certamente será acatada pelo juiz Sérgio Moro. Lula se tornará réu no processo da Operação Lava Jato.

Está claro que o planejamento da Justiça e da Polícia Federal segue o script da política. O golpe de Estado ainda está fresco e o PT continua liderando as manifestações pelo “Fora Temer” e “Eleições”. Ocorre também na difícil situação das candidaturas petistas nas eleições municipais. E, sobretudo, diante da ameaça da CUT de organizar uma greve geral. A crise política não se amenizou com o impeachment de Dilma e a efetivação do governo golpista. No seu horizonte, estão as eleições de 2018.

Os novos donos do poder pretendem triturar o PT, embora o reformismo petista tenha comprovadamente servido a obstaculizar a independência da classe operária e a preservar o capitalismo. Não se deve esquecer o pronunciamento do deputado Carlos Sampaio (PSDB) de que o PT devia ter seu registro cassado. Há uma fração da direita burguesa que vê o momento propício para despedaçá-lo. Não é por força da “independência” do Ministério Público Federal e da Justiça Federal que o procurador Deltan Dallagnol e o juiz Sérgio Moro têm as mãos livres para manejar politicamente a Operação Lava Jato contra uma figura de primeira linha do PT. Mas sim por força de uma fração da direita burguesa, que tem ascendência às esferas de decisão do Estado.

Uma das forças mais poderosas que serve ao objetivo de esmagamento do lulismo é a imprensa monopolista. Combinada com o PSDB – o partido mais bem definido como representante da burguesia paulista – e seus aliados, pôs em pé o movimento pela derubada de Dilma Rousseff. Não basta, porém, condenar homens do calibre de José Dirceu e escorraçar o PT dos postos-chaves do Estado. É preciso levar a derrota dos petistas às últimas consequências. Sem atingir o caudilho Lula, a obra fica incompleta.

É preciso matar eleitoralmente o PT. Tarefa reacionária que passa pela liquidação política de Lula. As massas mais cedo ou mais tarde iriam abandoná-lo. Era questão de tempo para que os explorados fossem arrastados pelos partidos adversários, que usariam a má experiência com o lulismo e o petismo para convencê-las de que não mais os apoiassem. Se Dilma terminasse sua administração aos “trancos e barrancos”, poderia dar motivo perante a população para o PSDB voltar ao poder pelas eleições. Mas a luta interburguesa nem sempre segue a lógica da democracia formal, ou seja, eleitoral. Está determinada pelas condições econômicas, sociais, pela natureza oligárquica da própria democracia no Brasil semicolonial e pelo domínio imperialista.

O PT não é um partido orgânico da burguesia, nem de uma de suas frações oligárquicas. Governou com sua anuência. Um partido burguês sem ser da burguesia é uma excrescência histórica que se manifesta nas condições de os grandes partidos da burguesia serem rechaçados pela maioria oprimida. Baseado na experiência do instável governo de João Goulart, do nacionalis-

mo varguista e do golpe militar de 1964, a direção petista, sob o comando de Lula, estabeleceu um governo escorado em vários pontos, nas multinacionais, na oligarquia nordestina e nas camadas pobres da população. Sobreviveu a duras penas – lembremos que o impeachment foi levantado já no primeiro mandato de Lula –, até que a bancarrota econômica destroçou sua política de colaboração de classes (apoio aos capitalistas e inclusão social).

Os principais adversários esperavam se livrar do PT nas eleições de outubro de 2014. Dilma chegou cambaleando no final de seu primeiro mandato. A vitória para o segundo mandato foi considerada como um estelionato eleitoral. De maneira que não havia como seguir a lógica da democracia formal e por meio dela esmagar o PT. Assim se apresentou na aparência o início do golpe de Estado. No fundamental, porém, resultou do embate dos velhos partidos da burguesia em não mais permitir a condução do Estado por um partido burguês não-orgânico, que surgiu como um rebento excepcional na história política da República. Não seria e não está sendo pela via da democracia formal que a burguesia desfaria e concretamente agora se desfaz do PT, mas sim pela via antidemocrática – da ação policial e do golpe institucional.

A corrupção é intrínseca à política burguesa e endêmica nas relações de poder no Estado. O PT e seu governo não poderiam administrar os negócios da burguesia sem que a encarnassem e reproduzissem. O PT não inventou as negociatas que sustentam a relação material entre os partidos e os mais poderosos grupos econômicos. Nem as tornou sistêmica, como propagandeiam os operadores da Lava Jato e a imprensa monopolista. O percurso histórico da política burguesa está cheio de escândalos e de denúncias de corrupção, que serviram de combustível às disputas interburguesas. Getúlio, prestes a ser deposto, se suicidou imerso nas denúncias de corrupção. João Goulart foi derrubado em nome da ética, da moral e da assepsia. Os escândalos de corrupção são uma arma das disputas interburguesas.

Depois de um período de ascensão do PT, galgado nos ombros da maioria oprimida, assistimos sua queda. Não será mais o partido que despertou esperanças e enormes ilusões nas massas. O desencanto, no entanto, não se deveu aos processos do “mensalão” e do “petrolão”. Mas fundamentalmente está no fato do petismo se mostrar visceralmente envolvido com a política burguesa. A corrupção é parte do problema, mas não o próprio problema.

Por que ainda há uma multidão de militantes e simpatizantes que se mantêm fiel ao PT? Excetuando um contingente que se integrou à máquina do PT e de seus governos, e que não são poucos, os demais veem que os adversários do petismo expressam a política burguesa orgânica, oligárquica, francamente pró-imperialista, obscurantista e reacionária. E que seu objetivo é esmagar o PT pela via judicial e policial. É visível a verve da criminalização do PT. De forma que essa camada social está com o PT e Lula contra as arbitrariedades da Operação Lava Jato, sem desconhecer e lamentar que tenham se envolvido tão profundamente nos porões escuros e fétidos da política burguesa.

É correto não aceitar e não se curvar diante da ofensiva ditatorial de destruição do PT. É inaceitável a exaltação de uma parcela da esquerda que tem como salutar os processos, julgamentos e

prisões de líderes do PT. Desconhece-se que tal punição expressa tão somente acerto de contas no seio da política burguesa. Também não é correta a defesa dos petistas que usaram as necessidades dos explorados e oprimidos para galgar o poder do Estado e servir aos interesses da burguesia. A resposta correta se encontra na política revolucionária do proletariado e não na política burguesa. Sabemos o quanto a esquerda eleitoreira também necessita e se utiliza dos embates em torno das denúncias e escândalos de corrupção. Procura se projetar como guardiã da moral burguesa e pequeno burguesa. E assim desemboca no apoio à criminalização da política.

A perseguição sofrida pelo PT e Lula por meio da Operação Lava Jato é fruto de sua própria política burguesa. Está aí por que a classe operária não tem saído em sua defesa. Nem por isso se deve defender ou apoiar que as instituições da ditadura de classe da burguesia julguem os supostos ou verdadeiros crimes do PT e de seus dirigentes. O Ministério Público, a Justiça e a Polícia são aparatos do ordenamento burguês do Estado. Aos olhos dos oprimidos, aparecem como não sendo de classe. É como se a justiça estivesse por cima das classes e isenta de interesses de classe. Em absoluto, a justiça, a polícia e o cárcere são meios pelos quais a burguesia exerce seu poder de classe.

Os senhores Sérgio Moro e Delttan Dallagnol são funcionários, em última instância, da burguesia. Está aí por que podem servir a este ou aquele governo, a este ou aquele partido, e assim agir segundo as contingências da política burguesa do momento. São investidos de um poder institucional que vai muito além de suas funções, desde que a situação econômica e política permitam. No caso presente, se projetam usando a tribuna nacional que

Pronunciamento de Lula

Em coletiva organizada pelo PT, com a participação do PCdoB e representantes de movimentos (Gilmar Mauro-MST, Boulos – MTST, etc.), Lula deu resposta às denúncias da Procuradoria da República. A essência do pronunciamento consistiu em denunciar a perseguição política. Explicou que sua vida política sempre foi investigada e inteiramente vasculhada, desde quando era presidente do sindicato. O que fizeram os procuradores foi uma tentativa de manchar seu nome e de sua família. Denunciou a ofensiva de uma parcela da Procuradoria que é antipetista e que pretende extinguir o PT. Depois que Dilma foi afastada da presidência por meio do golpe, restava agora atingi-lo e inviabilizar sua atuação política. Mostrou-se indignado com o fato de se ter preparado uma pirotecnia condenatória sem a necessidade de provas. Exigiu respeito aos seus familiares.

Lula enfaticamente colocou-se ao dispor da justiça para prestar esclarecimento. Reconheceu a importância do funcionamento das instituições. Citou momentos de seu governo em que orientou seus ministros a garantirem o funcionamento independente do Ministério Público e da Polícia Federal. Chamou a atenção para o fato de ter apoiado o critério de eleição do Procurador Geral pelos seus “pares”; e dado melhores condições estruturais para a Polícia Federal. Evocou a parte sadia dessas instituições a reagir aos desvios que se vêm cometendo. Desafiou os procuradores a provarem as acusações e prometeu ir a pé se entregar à polícia caso seja demonstrado que cometeu os crimes a ele imputados.

Em seu entendimento, os adversários de seu governo não admitiram a política em que os pobres entraram no Orçamento. Apresentou as melhorias no salário mínimo, na educação, na saúde e na habitação.

a imprensa monopolista lhes faculta.

Na apresentação da Procuradoria Geral da República, Dallagnol fez a denúncia e o julgamento antecipado de Lula. Mais do que um julgamento judicial, apresentou à Nação um julgamento político, que, se levado às últimas consequências, proscreverá Lula e o PT da política. Cumprir-se-ia o vaticínio de Carlos Sampaio, em outras palavras, do PSDB e seus aliados na cruzada antipetista. Essa política e método autoritário devem ser assinados e denunciados diante dos explorados. Não para ocultar as responsabilidades do PT diante da venalidade. Mas para estabelecer uma compreensão e uma resposta da classe operária e dos demais oprimidos.

Quem pode e deve julgar Lula e o PT é a classe operária e a maioria oprimida que lhes deram vida política. Chamamos os explorados a rechaçarem os objetivos das forças burguesas que trabalham por destruir o PT e a vida política de Lula. Quem deve decidir sobre o seu destino são os operários, camponeses pobres, a classe média arruinada e a juventude oprimida. Somente um Tribunal Popular, nascido das lutas e constituído pelos explorados, pode investigar os crimes da burguesia e o envolvimento do PT. O movimento das massas está muito aquém para edificar a democracia operária e sobre ela edificar o Tribunal Popular. Isso é fato, mas nem por isso se deve aceitar a via da criminalização do PT e de Lula, levada a cabo pelas forças burguesas reacionárias.

Não à criminalização do PT e de Lula! Por um Tribunal Popular para julgá-los e aos crimes de classe da burguesia, seus partidos, governos e instituições!

Perguntou: o que os meios de comunicação teriam contra? A indagação foi a forma de denunciar a sórdida campanha contra o governo do PT. Quem mais ganhou em seu governo? Assim, apontou para a burguesia que foi a grande beneficiada de sua política econômica. Lula se mostrou emocionado e consternado diante da injustiça com que pagava os grandes serviços prestados ao capitalismo. Afinal, promoveu melhorias para os pobres sem precisar de violência e revolução. Sempre foi cumpridor da lei. Deu a entender que ao invés de ser perseguido, devia merecer consideração.

Repetiu que lhe atribuíram propriedades que não lhe pertenciam. Exigiu que seus acusadores pedissem desculpas, já que não tinham provas. Em especial, mostrou que não tinha sentido a acusação dos procuradores sobre o armazenamento dos presentes recebidos no exercício da presidência. Afinal, ele, Lula, não tinha como pagar pelo armazenamento, que tinha de ser feito por se tratar de presentes de alto valor. Segundo a exposição de Dallagnol, a empreiteira OAS arcou com R\$ 1,3 milhão. Lula exortou a Procuradoria a receber as relíquias e armazená-las em seu espaçoso prédio.

Lula não fez uma defesa bem articulada em uma peça de oratória. Preencheu esse conteúdo com histórias do passado longínquo de criança pobre, de labuta pela existência, de líder das greves dos metalúrgicos, de criador do PT, de enfrentamento com adversários nos embates eleitorais até chegar à presidência da República e de quem sofreu violentos ataques da oposição, principalmente desde 2005. No início de sua exposição, alertou que não entraria em questões jurídicas, que estava ali para se defender como cidadão diante de acusações infundadas e de ofensas à sua imagem.

Sem dúvida, a coletiva montada pela Procuradoria da República no Paraná é parte de uma grande campanha política contra o PT e uma ofensiva policial que atingiu lideranças históricas do petismo e que agora chegou ao seu ponto mais alto alcançando o seu caudilho. A resposta de Lula não poderia sair do terreno da luta interburguesa. Está aí por que não pairou sobre a sua defesa nem mesmo uma pequena sombra da classe operária, dos camponeses pobres e dos demais oprimidos. Tudo se passou no terreno da política burguesa.

Os assalariados enfrentam demissões em massa, o desemprego avança sem parar, a alta do custo de vida sacrifica a vida de milhões que mal podem comprar o que comer, os camponeses sequer contam com novos assentamentos, avolumam os necessitados de um teto para morar, crescem os pedintes de rua, crianças morrem assassinadas como marginais, agravam-se as manifestações da violência social, o governo golpista põe em marcha a reforma da previdência e a trabalhista e, no entanto, Lula exaltou seu governo que fez o milagre de enriquecer os ricos e melhorar um pouco as condições dos pobres.

O ex-presidente lembrou que foi eleito com promessas simples, como a de garantir três refeições ao dia a todos os brasileiros e que acabou fazendo muito mais com o acesso de pobres à educação, à saúde, à habitação. Autoelogiou-se para quem? Para os explorados? Não! Autoelogiou-se para mostrar à burguesia que lhe foi infinitamente mais útil que nocivo. Que presente maior a classe capitalista poderia receber de um governo do que a “paz social” para poder explorar a maioria sem ter de enfrentar os sobressaltos da luta de classes? A “inclusão dos pobres no Orçamento”, afinal, teve como contrapartida o alto enriquecimento da minoria. Não se tirou dos ricos para dar aos pobres. Apenas se deu aos pobres e miseráveis um pouquinho da gigantesca riqueza que produziram para os ricos, para a burguesia e para a luxuosa classe média alta. Como então transformar esse benfeitor em malfetor? Como permitir que ele, Lula, e sua família sejam execrados em praça pública? Não é este o País que sonhou para os brasileiros e para si próprio.

Lula não falou para a classe operária e para a imensa maioria dos pobres e miseráveis. Fez um discurso para a burguesia nacional e internacional. É da indulgência dos exploradores que inteiramente depende. É das intrincadas disputas no seio da política burguesa que o destino de Lula está amarrado. Houve um momento em que o caudilho dependeu da classe operária. Foi quando precisou para se habilitar diante da burguesia como um político confiável. Esse que usa as necessidades e a miséria dos explorados para fazer carreira e se libertar do meio social de onde veio. A burguesia em seu domínio de classe necessita de peças capazes de manter as engrenagens da exploração. A burocracia sindical não apenas oferece os acessórios, como ela própria constitui uma poderosa engrenagem do capitalismo putrefato. Lula foi uma peça de primeira grandeza. Devido a circunstâncias históricas, saltou para a engrenagem central do sistema, que está configurada na forma do Estado burguês. Como ele mesmo testemunhou, chegou o momento em que o corporativismo sindical não mais lhe servia. Estava talhado para uma missão mais alta – a de se tornar um político, formar o PT e, sem que o tivesse em seus cálculos, chegar à presidência da República.

Em sua exposição, o percurso de sua vida política foi relatado como obra do acaso, de sacrifício, de esforço pessoal e de ajuda de pessoas, mas que em um determinado momento ganhou tamanha grandeza que jamais poderia pensar. De dirigente sindical voltado para a “categoria”, idealizou o PT, trabalhou por sua construção, de deputado saltou a presidente. Essa máscara ideológica oculta as forças

sociais às quais esteve ligado e como estas o impulsionaram à carreira de político burguês.

Desde os primórdios de sua consciência política, Lula abraçou a causa do capitalismo, opondo-se ao comunismo e, portanto, à revolução. Está aí a base de seu empenho em aglutinar lideranças sindicais que despontaram em meados dos anos 70, intelectuais socialdemocratas e o que restou da esquerda derrotada na luta foquista, disposta a trilhar um novo caminho, para formar o PT. O grande feito de Lula foi o de criar um partido que lhe servisse e não ele ao partido. Nenhum dos velhos partidos da burguesia e nenhum novo reagrupamento partidário cabiam em seu propósito. Nenhum deles podia servi-lo. Talvez a decisão de criar um partido talhado à sua ascensão no quadro de crise partidária revelou Lula como um extraordinário estrategista. Mas se tratava de um estrategista adaptado a condições particulares da crise capitalista, do fim da ditadura militar e de retorno das lutas sindicais. Um bom estrategista maneja com maestria a tática. Lula foi o pivô da construção do instrumento político necessário para chegar ao poder. Organizou uma fração interna ao PT, tendo como braço direito José Dirceu, perseguiu as correntes de esquerda que não lhes eram afins, expulsou-as e demonstrou à burguesia que o PT estava pela ordem capitalista. Aos poucos, baseado nas experiências eleitorais, foi eliminando os traços esquerdistas do PT e finalmente concluiu adotando a política de ampla aliança com os partidos da burguesia. Soube aproveitar os estertores de algumas teses do estalinismo, como a de governo democrático e popular (estratégia) e da frente popular (tática). Usou a cor vermelha para se tingir de branco. Em um gesto teatral, Lula exortou os petistas a voltarem ao vermelho.

O fundamental desse processo está em que o estrategista Lula inevitavelmente teria de chegar ao âmago da política burguesa, em particular da política burguesa oligárquica: comprometeu-se com as corporações que influenciam em grande medida a política em geral e em especial àquela que comanda o Estado. Não tem tanta importância até onde Lula usou o poder para benefício próprio. É irrelevante se se mancomunou com os donos das empreiteiras e de bancos para ganhar de presente um apartamento, uma casa de campo, etc. Portanto, não tem importância se é ou não inocente. Está claro que se encontra na condição de um derrotado na política burguesa e que o vencedor pretende liquidá-lo, se possível.

O fundamental está em que, para levar adiante sua estratégia, Lula teve de se submeter em todos os sentidos ao poder da burguesia. O PT se decompôs em suas alianças que serviram à preservação do capitalismo, à brutal exploração das massas, ao parasitismo financeiro e ao saque imperialista. É por meio dessas alianças que o PT teve acesso aos caminhos do abundante financiamento partidário e às falcatruas endêmicas nas obras públicas e nas estatais. Tudo isso tem a ver com a política burguesa, que o PT abraçou, desenvolveu e com ela apodreceu. A perseguição ao PT e Lula não tem a ver com seu apego aos explorados, mas com a disputa interburguesa pelo poder partidário. O impeachment de Dilma é a demonstração mais efetiva de que o PT já não mais podia controlar o Estado. Perdeu apoio das frações mais poderosas da burguesia. E já não podia contar com o apoio da maioria dos explorados.

O destino de Lula está nas mãos do Estado e das forças burguesas. Assim como esteve o de Dilma Rousseff e do seu inimigo gangsteril, Eduardo Cunha. Para tirá-lo dessas mãos, a classe operária teria de constituir um Tribunal Popular, que julgaria os crimes da burguesia de conjunto. Não temos dúvida de que o julgamento do PT e de Lula está na tração aos interesses elementares e históricos do proletariado.

Cunha, cassado! E daí?

A cassação de Eduardo Cunha em si não tem importância. Era esperado que o facinora perdesse o mandato assim que o impeachment de Dilma Rousseff concluísse. O ex-presidente da Câmara Federal já não tinha serventia nem para a oposição liderada pelo PSDB, nem para o “centrão”, nem para o próprio PMDB. O homem serviu ao golpe de Estado. Nessa condição, foi poupado e protegido.

O PT acusou Cunha de agir por vingança contra a presidente que decidiu não o apoiar na Comissão de Ética. São atitudes típicas da política burguesa, na qual os petistas estiveram e estão imersos. Mas vinganças pessoais não derrubam governo. O certo é que Cunha se tornou um instrumento de uma grande conspiração, que no final das contas também o atingiu. A cassação do mandato de Dilma Rousseff e de Eduardo Cunha são duas faces da mesma moeda. Lembremos que tanto o governo quanto a oposição procuraram utilizá-lo. Mas o bandido estava comprometido além da conta para que Dilma o fizesse um aliado circunstancial contra o movimento golpista. Para a oposição, era incômodo depender do então poderoso presidente da Câmara Federal. Mas a conspiração acabou na dependência de Cunha que poderia ter considerado improcedentes as petições de abertura do processo de impeachment. Os conspiradores teriam de encontrar uma forma de passar por cima do presidente da Câmara, caso este se colocasse do lado do governo, alegando que não havia base jurídica, ou seja, crime de responsabilidade fiscal. Seria infinitamente mais difícil de prosseguir. Se Cunha dissesse não, poderia emperrar a conspiração ou erguer um obstáculo político intransponível.

O impeachment para se impor e triunfar dependia não apenas da unidade da burguesia contra o governo e da passividade da classe operária, mas também do consentimento do Judiciário e, em última instância, das Forças Armadas. Por ser um golpe institucional, devia estar amparado no consentimento geral dos poderes do Estado e do poder econômico. É evidente que não se podia admitir o impeachment como instrumento de golpe, uma vez que é constitucional. A decisão se houve ou não rompimento do ordenamento constitucional pelo governo petista é de ordem política, como ficou demonstrado. O próprio PT aceitou e aceita o impeachment como instrumento do “Estado de Direito”, admitindo, portanto, que o Congresso Nacional tomasse em suas mãos o direito de cassar o voto da maioria que elegeu a presidente. Essa via se opõe ao princípio democrático da revogabilidade do mandato por aqueles que elegeram o candidato. Quem deve decidir se um presidente deve ser cassado é o povo e não um punhado de representantes da burguesia no parlamento.

O que tem a ver isso com a cassação de Eduardo Cunha? Tem a ver com o fato de fazer parte do mesmo processo antidemocrático, portanto, golpista, que derrubou a presidente da República. Os parlamentares também não estão sujeitos ao princípio da revogabilidade do mandato. Nota-se que a questão é mais ampla. Os juízes fazem carreira no aparato judiciário por meio da política burguesa e de todas as vicissitudes que isso implica. Os ministros do Supremo Tribunal Federal são indicados pelo presidente da República. Ao contrário, o princípio da revogabilidade tem por fundamento que todos os cargos de Estado, inclusive os da hierarquia das Forças Armadas, devem ser elegíveis e revogáveis por quem elegeu. Seguindo esse princípio, tanto Dilma Rousseff, quanto Eduardo Cunha, deveriam se sujeitar a um processo decidido pela população, que certamente estaria organizada independentemente do Estado. O fato de não ser assim, não nos livra do dever de lutar para que o voto das

massas de fato expresse a soberania popular.

A democracia que permite a maioria de fato decidir é incompatível com a democracia burguesa. No caso do Brasil, acrescentamos: da democracia oligárquica. Quantos deputados não serão cassados pelos mesmos crimes cometidos por Eduardo Cunha? A maioria dos implicados na Operação Lava Jato ficará livre. O motivo está em que não existe realmente a soberania do voto popular. O capitalismo elevou a democracia ao seu ponto mais alto, mas jamais se assentou na soberania popular. Jamais pôde estabelecer no seu ordenamento jurídico o princípio da revogabilidade do mandato pelas massas.

É preciso ainda considerar que, em toda a parte, a democracia burguesa apodrece. É um obstáculo ao livre desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que se assenta na grande propriedade monopolista e está a serviço do capital financeiro parasitário. Assistimos aos deputados vangloriando em 2 de dezembro a decisão do presidente da Câmara em dar prosseguimento ao impeachment e em 17 de abril colocando-se em uníssona sintonia com as suas ações cassando o mandato de Dilma Rousseff. Em 12 de setembro, por 450 votos a 10 (9 abstenções e 42 ausências) cassou o mandato parlamentar de Eduardo Cunha. Agora, o “Fora Cunha” se concretizou com os votos do PT, PCdoB, PSOL e do PSDB, PMDB, DEM, etc. O Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria Geral da República, a Polícia Federal e toda imprensa monopolista que também estiveram alinhados com o golpe de Estado também queriam o expurgo do indesejado traste.

Esse processo, por si só, expõe a profunda e avançada decomposição dos partidos burgueses e da democracia oligárquica. No entanto, os deputados do PT, PCdoB e PSOL fizeram veementes apelos para que os deputados honrassem o Congresso Nacional e fortalecessem a democracia cassando Eduardo Cunha. Esse mesmo aparato político da burguesia, no dia 17 de abril, havia revelado a extensão completa de sua podridão. Por meio da alta votação que obteve o relatório da Comissão de Ética, foi colocada aos olhos da população como se cassam corruptos por meio das instituições democráticas. A unidade entre os algozes de Dilma e os petistas, pcdobistas e psolistas desconcertou a esquerda que opôs o “Fora Cunha” ao “Fora Dilma” da direita. As comemorações foram em tons médios para baixo. O fato objetivo é que o expurgo do delinquente não resultou da luta dos explorados contra a política burguesa em geral, mas da necessidade do governo golpista se desfazer da brutal pedra em seu sapato.

Passamos por uma valiosa experiência com a democracia burguesa. Quanta ilusão foi despertada pelo movimento das “Diretas Já”, 1983-1984, em torno da emenda do deputado Dante de Oliveira, que pleiteava a transição ordenada e pacífica por meio de eleições diretas! Estiveram de mãos dadas Luís Inácio Lula da Silva e José Serra, para não falar de grandes figuras do PMDB, como Ulysses Guimarães. Lembremos que o movimento grevista do ABC encaçado pelo sindicato metalúrgico e pelo movimento nacional de luta contra o desemprego e o alto custo de vida foram canalizados para uma aliança política calcada na emenda Dante, a ser decidida pelo Congresso Nacional controlado pela ditadura. O movimento de classe média teve como limite a “vontade” da maioria parlamentar. O movimento das “Diretas Já” serviu para calçar a transição pela via do Colégio Eleitoral, assumindo indiretamente a presidência o oligarca José Sarney, em razão da morte de Tancredo Neves, que

acabava de se tornar o primeiro presidente da “redemocratização”. As eleições se realizaram finalmente em novembro de 1989. Luís Inácio Lula da Silva estava prontíssimo para se tornar o chefe de Estado. Foi derrotado, no segundo turno, pelo desconhecido Fernando Collor de Mello, que se serviu do desconhecido PRN. A manipulação da imprensa monopolista, com a Rede Globo à frente, sobre a vida pessoal de Lula, quando o candidato petista estava no topo das pesquisas, foi típica do renascimento da democracia oligárquica. O impeachment de Collor que, para não ser cassado, renunciou em dezembro de 1992, expressou a tremenda fossa em que se alicerçava a velha democracia, nesse momento, vestida de roupas novas pela “redemocratização”.

O PT encarnou essa democracia. Viveu dela e por ela foi trucidado. Nos seus 13 anos de governo, se adaptou mais fundo às alianças oligárquicas. As massas que confiaram no palavreado da democratização do Estado, da soberania popular, da erradicação da fome, da superação das discriminações e do ingresso do País na era do desenvolvimento sustentável se viram traídas tendo por base

a experiência vivida na carne. Veio a derrocada. O reformismo se mostrou impotente diante da gigantesca crise mundial. E se revelou incapaz de mobilizar o proletariado como força motriz de resistência ao golpe de Estado. As correntes de esquerda acreditam reviver a herança petista no que julgam progressiva, entre elas a defesa da democracia. Ou mais precisamente no que lhe é do interesse particular: as eleições. Não se esforçam e não querem extrair dos acontecimentos que o problema fundamental do golpe institucional não é ameaça à democracia burguesa, como foi em 1964, mas a ausência da independência de classe do proletariado. O PT e sua burocracia sindical, auxiliados por uma parcela das esquerdas, agiram contra a organização classista dos explorados subornando os sindicatos à democracia e à conciliação de classes.

O episódio da cassação de Eduardo Cunha somente tem importância se for para submeter à crítica marxista os fundamentos gerais da democracia burguesa, que serve ao exercício da ditadura de classe da minoria exploradora, e os fundamentos particulares da democracia oligárquica.

PT MODIFICA SUA LINHA PARA “DIRETAS JÁ”

Foi o sinal de que admitiu a impossibilidade de reconduzir Dilma Rousseff à presidência da República. A bandeira de “Fora Temer” e “Eleições Gerais” foi lançada por uma ala das esquerdas e do movimento anti-impeachment. Os petistas chegaram à conclusão de que o Supremo Tribunal Federal não modificará a decisão do Senado. Não custa nada, porém, continuar fustigando as instituições. O que têm a fazer daqui para frente é se reorganizarem como oposição parlamentar.

Lula traçou o norte: “Temos de reaprender a fazer oposição”. O conselho dado à ala mais esbravecida com o golpe de Estado está de acordo com a política burguesa do PT. Depois da derrota institucional e da desmoralização sofrida diante de uma importante camada dos explorados, o problema está em como conservar parte dos postos obtidos no Estado e como continuar com a política de colaboração de classes.

Engana-se quem ache que o PT passou para o combate nas fábricas, bairros, ruas e campo ao governo golpista de Temer. As manifestações que vêm ocorrendo nas principais cidades do País sob a bandeira de “Fora Temer” e “Eleições Já” continuam limitadas a uma camada da classe média e da juventude, como foram limitadas durante os meses de impeachment. O grosso da classe operária continua à margem, observando os passos do governo usurpador. Não confia nas direções sindicais e políticas que anos a fio a mantiveram fragmentada e distante de suas próprias reivindicações.

É bem possível que o movimento, que ainda permanece como extensão da traumá-

tica destituição de Dilma Rousseff, se deve às eleições municipais e às dificuldades de Temer em se firmar no poder. A crise política não se extinguiu com o triunfo do golpe de Estado. Entrou tão-somente em uma nova etapa. O PT, por fazer parte da crise, se acomodará assim que o movimento que encabeça der sinais de esgotamento. Seu objetivo com a bandeira de “Eleições Já” não é o de derrubar o governo, mas o de concluir sua resistência institucional ao golpe sofrido, na condição de nova oposição. É esse o sentido da orientação de Lula quando diz que o PT precisa reaprender a fazer oposição.

Os treze anos no poder o tornou oficialista. Estabeleceram seu caráter burguês. Nenhum partido eleitoral de esquerda está em condição de substituí-lo. O sonho do PSOL esbarra na desconfiança das massas, na ausência de aparato e no desprezo de setores da burguesia que outrora auxiliaram a ascensão do caudilho Luiz Inácio Lula da Silva.

Observa-se que a ala da esquerda opositora ao PT, tendo à frente o PSOL, foi pródiga em levantar a bandeira de “Eleições Gerais” para se contrapor ao impeachment. No entanto, esteve subordinada à Frente Brasil Popular que condicionou toda a resistência ao impeachment à decisão do Congresso Nacional. Os deputados do PSOL não passaram de coadjuvantes da bancada do PT e PCdoB. Está aí por que no pós-impeachment o PT voltou a liderar as principais manifestações sob a bandeira de “Diretas Já”. É o que se verifica principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa via demonstra que persiste a ausência da política de independência de clas-

se. E mostra que os reformistas de esquerda e centristas não têm como se distinguir do PT quanto à estratégia de poder. O PT rechaçou todo o tempo a bandeira de eleições gerais. Escorava-se em um argumento lógico. Assumir essa bandeira significava admitir antecipadamente que o governo de Dilma estava acabado. PCO fez eco dessa posição todo o tempo. Terminado o processo, não houve problema de a direção majoritária assimilar a posição da fração interna à esquerda, que passou a advogar a bandeira de novas eleições para armar a oposição ao Temer. Rapidamente, tomou à frente da bandeira no movimento e continuou a arrastar as esquerdas.

Não faltam iludidos que acham que agora se está lutando contra as reformas reacionárias de Temer. Não enxergam que os petistas e sua burocracia nelas se apoiam para fazer oposição parlamentar ao governo golpista. Subordinam as necessidades das massas à estratégia de oposição burguesa nas novas condições políticas.

Se a classe operária continuar dispersa e contida pela burocracia sindical, não será possível quebrar a ofensiva capitalista contra antigas conquistas e contra suas condições de existência. Terá de se rebelar e romper a camisa de força do estatismo sindical e da política de colaboração de classe do PT. A bandeira de “Diretas Já” é mais uma das fraudes políticas. É preciso desmascará-la na frente única de resistência ao governo golpista. Para isso, a vanguarda tem de defender bravamente as reivindicações das massas e desenvolver a estratégia de poder do proletariado.

Para onde caminha o movimento “Fora Temer!”, “Eleições Gerais!”?

A bandeira “Fora Temer” vem se popularizando. Não se observa, no entanto, o mesmo com “Eleições Gerais!” ou com a versão petista de “Diretas Já”. O “Fora Temer” uniu as esquerdas. Mas nem todas as correntes que nela se abrigam se animam diante da bandeira de “Diretas Gerais”. Há quem diga “Fora Temer” e as “Contrarreformas”, ou “Fora Temer, nenhum direito a menos” ou ainda “Fora Temer – luta contra todos os golpistas”, apenas substituindo “Diretas Já”. O PSTU que se distinguiu por considerar que não havia golpe e que se apoiou na bandeira de “Fora Todos!” “Eleições Gerais!”, agora, faz campanha eleitoral sob o lema “Fora Temer!” “Fora Todos Eles!” “Contra Burguês, Lute e Vote 16”. PCO está com “Fora Temer”, mas continua fiel ao “Fica Dilma”, de forma que critica o PT por ter abandonado a luta contra o golpe ao assumir “Eleições Já”. A cisão do PSTU – Movimento Por Uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS) – assumiu a bandeira do PSOL “Fora Temer!” “Eleições Gerais!”, mas faz a ressalva de que não quer o retorno de Dilma e do PT ao poder. Como se pode ver, a confusão que esteve presente no processo do impeachment continua a imperar entre as esquerdas.

A distinção está no fato de a bandeira “Fora Temer” unificá-las. O fato de o PT se decidir por “Diretas Já” deu ao conteúdo institucional do “Fora Temer” sua real dimensão. Na forma, há um acordo geral – excetuando o POR – que une as esquerdas centristas e reformistas. Mas variam no conteúdo, como acima, descrevemos. Como é possível, sob a mesma forma (“Fora Temer”), abrigar conteúdos diversos – em síntese, uns querem eleições para pôr fim ao “governo ilegítimo de Temer”, outros não as querem! Que poder mágico tem a fórmula da bandeira de “Fora Temer” de unir o diverso?

As bandeiras não são uma criação caprichosa das correntes. São extraídas da realidade e servem de guia para a ação revolucionária. Assim entende o marxismo. Mas podem também servirem de desvio da ação revolucionária. É o que comprova a luta do marxismo contra o reformismo, que, no fundo, é uma variante da política burguesa.

A bandeira do “Fora” já tem uma história na luta interburguesa: “Fora Sarney!”, “Fora Collor!”, “Fora Fernando Henrique Cardoso” e, agora, “Fora Temer”. Essa fórmula constitui uma linhagem. Foi levantada pelos petistas e pelas esquerdas. O “Fora Collor” teve êxito. Por meio do impeachment, se descartou o presidente eleito e assumiu o governo interino de Itamar Franco, que, por sua vez, serviu de base para a chegada do PSDB ao poder. Esse foi o percurso da fórmula “Fora Collor”.

As esquerdas que se meteram a fundo por detrás do impeachment de Collor e que colocaram a serviço dos partidos burgueses e do Congresso Nacional sob a bandeira de “Fora Collor” jamais fizeram uma análise crítica desse acontecimento, que agora se repete como uma grande farsa contra o governo eleito de Dilma Rousseff. Naquele momento, a classe média estava pela derrubada do malfadado presidente que se elegeu derrotando Luis Inácio Lula da Silva; agora a classe média serviu no mesmo sentido aos partidos golpistas contra Dilma Rousseff. A direita improvisou o seu “Fora Dilma!” com a bandeira “Fora PT e leve Dilma com você!”, entre outras. Está graficamente expresso o conteúdo da disputa interburguesa, que confluiu para a disputa em torno do impeachment.

A bandeira do “Fora Temer” corresponde à continuidade de tal disputa no campo da democracia burguesa oligárquica. Não importa se for preenchida com “Diretas Já” ou com qualquer outra ao gosto de cada corrente de esquerda. Na realidade, o “Fora Temer” é decorrência da estratégia de novas eleições presidenciais. Dilma procurou escapar do

impeachment prometendo uma consulta popular sobre a convocação de eleições. O PT discordou quanto ao momento. Não teve problema em assumir a bandeira de “Diretas Já”, precisamente porque lhe é conveniente.

O certo é que não há nenhuma disposição de organizar o movimento das massas para derrubar por meio da luta de classes o governo usurpador. O mais provável é que logo se esgote e os petistas voltem ao leito normal de sua política parlamentar.

A crise político-econômica persiste e os explorados procurarão a via do embate. É o que está demonstrando a greve dos bancários e a inquietação entre os petroleiros, correios, metalúrgicos e funcionalismo público. Os ataques anunciados pelo governo golpista são violentos. E a burguesia continuará a sacrificar os explorados com as demissões e o alto desemprego. Há uma situação convulsiva no País. Justifica a defesa da organização da greve geral, anunciada pela CUT em 24 de maio. No entanto, tudo indica que não será realizada se estiver sob a bandeira de “Fora Temer!”, “Diretas Já!”.

A classe operária e demais explorados se levantarão contra o governo golpista se for em defesa de suas reivindicações e da rejeição das reformas previdenciárias e trabalhistas. Os acordos da Volkswagen, da Ford e, agora, da Mercedes indicam que a burocracia da CUT não está pela organização de uma poderosa greve geral que tenha a classe operária como força motriz. A tendência majoritária do PT é a de se apresentar como oposição parlamentar “responsável” e “propositiva”. O sintoma dessa tendência se manifestou no apoio à eleição do golpista Rodrigo Maia (DEM) para a Câmara Federal. E nas conversações do sindicato metalúrgico do ABC com o ministro do Trabalho de Temer.

Diante das reformas que tomarão corpo após as eleições municipais, o PT e a CUT utilizarão o movimento e o “Fora Temer” para negociar no Congresso Nacional. Não se pode esperar outra posição daqueles que exerceram o poder do Estado e estão profundamente comprometidos com o regime de exploração do trabalho.

Apesar da popularização da bandeira oposicionista ao governo golpista de “Fora Temer”, não achamos correto que as correntes de esquerda se refugiem por trás dela. Estão impossibilitadas de lutar contra a nefasta influência do PT e de sua burocracia sindical sobre os explorados e a juventude. É preciso fixar claramente as tarefas do momento, as reivindicações, os métodos de luta e a natureza da tática frentista.

As demissões em massa, a depreciação salarial, as difíceis condições dos camponeses pobres e a ruína das camadas baixas da classe média exigem que a luta parta dessas necessidades. As reformas antinacional e antipopular do governo golpista devem ser respondidas tendo por base as necessidades vitais da maioria oprimida. Um movimento dessa envergadura se choca com a exploração do trabalho, com o parasitismo financeiro e com a grande propriedade dos meios de produção.

A unidade burguesa em torno do governo golpista indica que somente com um poderoso movimento grevista e de massa é possível romper a ofensiva antinacional e antipopular. Essa via necessariamente deve estar sob a estratégia do poder próprio da maioria oprimida, que se expressa na consigna de governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

***Abaixo o governo golpista de Temer!
Lutemos por um governo operário e camponês.***

“Diretas Já” do PT ou “Eleições Gerais”? Qual a diferença?

O dilema acima pertence ao PSTU. Precisou responder a indagação para si mesmo. *“Afinal, será que agora estamos na mesma trincheira? O PT afinal aderiu à nossa estratégia? Mas nós não reconhecemos o golpe, por isso dissemos “Fora Todos!” “Eleições Gerais!” Não é possível que depois do impeachment, nós do PSTU, nos encontramos com o PT no mesmo terreno!”* Este deve ter sido o dilema dos morenistas.

Se não foi assim que surgiu a angustiante interrogação – “Qual a diferença?” –, talvez tenha surgido a necessidade de diferenciá-la aos olhos de sua militância e do movimento. Entendemos ser procedente levantar as hipóteses, uma vez que a direção partidária não conseguiu responder a indagação e resolver o enigma. Em se tratando de uma tarefa de reconhecimento e de separação, daí a diferenciação, é imprescindível que se identifique a essência, para se revelar a importância das particularidades. Essa tarefa não foi cumprida. E devemos saber por quê.

Noventa e nove por cento do raciocínio é dedicado a explicar a origem da bandeira de “Diretas Já!”, que serviu ao movimento de redemocratização nos anos 1983 e 1984. O argumento dos morenistas é o de que naquele momento foi progressiva, agora é reacionária. O motivo está em que responde a um golpe que não aconteceu. E assim está calcada em objetivos eleitorais, com olhos em 2018, e não no objetivo de derrubada do governo de Temer. De forma que “Diretas Já!” se restringe a eleições presidenciais. Notamos duas diferenças, a de que “Eleições Gerais!” é ampla e que objetiva derrubar Temer.

Vejamos a diferenciação nas próprias palavras do PSTU: *“Primeiro, que queremos Fora Temer pra valer e agora mesmo. Segundo, que queremos eleições para o Congresso, governadores, etc.”* Como dissemos, não se apresenta a diferença de essência, ou seja, de fundamento. A afirmação de que o PT não quer o “Fora Temer” para valer e que o PSTU, sim, quer sua derrubada, exige dos explorados que estejam sob as duas bandeiras, que decidam qual delas levará à conservação ou ao fim do governo. Sem se expor a essência, a vanguarda e os explorados têm de acreditar na convicção do PSTU que a bandeira de “Eleições Gerais!” é autêntica e revolucionária e “Diretas Já!” é fraudulenta e reacionária.

A segunda diferença, que diz respeito à restrição ou à amplitude, nada tem a ver com a primeira diferenciação. Não há por que dizer que eleições imediatas para presidente diferem das eleições imediatas gerais por aquela ser reacionária e esta revolucionária. Não há nexos lógicos. Não há nexos políticos. Não há nexos programáticos. Temos de ir à essência, ao fundamento. Tanto “Diretas Já!”, quanto “Eleições Gerais Já!” têm o mesmo conteúdo: correspondem à democracia formal. Não passam de um meio para a burguesia exercer sua ditadura de classe. Esse é o sentido geral da democracia burguesa.

Se as massas encarnarem a bandeira do PSTU e travarem uma luta encarniçada pelas eleições presidenciais e parlamentares não farão senão servir à democracia burguesa. Se assim fizessem sob a bandeira do PT, o resultado estratégico seria o mesmo. Observem que nos referimos ao objetivo estratégico. Tanto o PSTU, que primeiro levantou a bandeira de “Eleições Gerais” diante do impeachment, quanto o PT, que posteriormente assumiu a bandeira de “Diretas Já!”, estão sob o mesmo objetivo estratégico de se livrar

do governo sob a bandeira de “Fora Temer!” A diferença é que o PSTU considera que seu “Fora Temer!” “Eleições Gerais!” é revolucionário e que o “Fora Temer!” “Diretas Já!” do PT é uma farsa reacionária. Como o PSTU oculta a essência comum das bandeiras, pode caprichosamente autoatribuir caráter revolucionário para sua bandeira e reacionário para outra.

É tão torturante o subjetivismo dos morenistas que leva o PSTU à seguinte conclusão: *“Uma ampla mobilização de massas e uma Greve Geral seriam capazes de derrubar esse governo e esse Congresso Nacional, e a partir daí convocar eleições gerais, com outras regras.”* Estas são as últimas palavras do texto *“Diretas Já do PT ou Eleições Gerais! Qual a diferença?”*. Se houvesse “uma mobilização de massas e uma Greve Geral” pelas “Diretas Já!”, também não poderiam derrubar “esse governo e esse Congresso Nacional”? Se o raciocínio do PSTU tivesse alguma consistência, teria de dizer que sim. O absurdo anda sozinho. Mas anda sozinho até quando alguém o encarnar como lógico.

Caso essa revolta imaginada pelos morenistas ocorresse e saísse vitoriosa, quem convocaria eleições gerais e constituiria novas regras? Essa incógnita seria a surpresa que tal movimento reservaria para as massas insurretas. Digamos que um poder revolucionário surgido desse movimento decidisse convocar eleições gerais e mudar as regras, tornando-as mais democráticas, o que ocorreria? Esse poder revolucionário cederia lugar a um presidente e um novo Congresso eleito? As eleições superdemocráticas se conduziram precisamente para constituir um novo governo burguês. É onde nos leva a tese do PSTU do “Fora Temer!” “Eleições Gerais!” E é onde nos levaria o “Fora Temer!” “Diretas Já!” do PT, caso se dessem as mesmas condições revolucionárias desejadas pelos morenistas.

Os democratizantes de esquerda, que podem em determinadas condições parecerem ultraesquerdistas, não têm como admitir programaticamente que as eleições, sejam gerais ou restritas, sejam superdemocráticas ou antidemocráticas, invariavelmente servem à burguesia para manter seu poder.

O PSTU é centrista e democratizante porque renunciou a formar-se como partido-programa. O que o obrigaria a aplicar integralmente a teoria marxista do Estado e da revolução proletária. O que o obrigaria a determinar a sua política conjuntural pela estratégia da ditadura do proletariado. Como está livre dos limites programáticos, pode jogar com as ideias, teses e posições como bem entender. Estrategicamente, está na mesma trincheira de todos os democratizantes.

Não estenderemos nossa crítica sobre a explicação de que a bandeira das “Diretas Já!” em apoio à emenda de Dante de Oliveira, em 1983, foi progressiva porque serviu às massas para *“pôr uma pá de cal no cambaleante regime militar”*. Assinalamos apenas que o movimento essencialmente de classe média esteve sob a política e a direção burguesas. A emenda foi reprovada pelo congresso da ditadura e ali morreram as “Diretas Já!”. A transição se realizou por meio do Colégio Eleitoral. Não é preciso descrever os episódios seguintes da democratização que conduziu à reconstituição da democracia oligárquica. Até na interpretação histórica da bandeira burguesa de “Diretas Já!” os morenistas deformam e distorcem. Evidentemente, para justificar o injustificável.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

PARALISAÇÃO NO IFSP

O Instituto Federal São Paulo (IFSP) realizou no dia 13 de setembro uma paralisação contra os cortes de verbas e a PEC 241, que limitam os gastos com educação e saúde ao teto da inflação nos próximos 20 anos. Na prática, não haverá aumento real nestes setores. Os salários dos professores ficarão engessados a no máximo a reposição da inflação. Se hoje recebem os menores salários entre todos os profissionais do ensino superior, com esta PEC, estarão em situação pior daqui a 20 anos.

A pauta dos cortes de verbas também é grave, pois está colocando o IFSP em posição de escolher pagar as contas básicas, como água, luz, internet, ou as bolsas.

A permanência estudantil está sendo seriamente ameaçada. Como o contingente estudantil do IFSP é composto em boa parte de jovens trabalhadores, o efeito recairá principalmente sobre os mais pobres.

A paralisação chamada pelo SINASEFE, sindicato nacional dos servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica, foi feita em diversos campi e acompanhada por uma caravana a Brasília, que promoveu uma marcha na Esplanada com 10 mil participantes.

No campus SP, a paralisação teve pouca adesão. O que mostrou a necessidade de um regular trabalho de politização e organização. O movimento estudantil está para ser construído. Aí está a base para o impulso à unidade na luta com funcionários e professores. Apesar das dificuldades de mobilização, foi realizada a atividade de discussão sobre os problemas de ensino e das novas condições da situação política, marcada pelo triunfo do golpe de Estado.

A programação contou com 4 atividades ao longo do dia, sendo que o POR fez intervenção em duas delas.

Pela manhã, uma palestra sobre economia e conjuntura com o professor Ladislau Dowbor e um vídeo sobre a PEC 241.

À tarde um debate sobre o projeto Escola Sem Partido, com o PCB, UPES, POR e um professor das humanidades do IF.

Embora todos contrários ao projeto, suas abordagens foram diferentes e a essência da divergência girou em torno da proposta de que escola queremos e da análise dos motivos que levaram a burguesia a criar um projeto deste tipo. Comparecemos com

nossa análise de que se trata de uma mordida para a vanguarda de professores e estudantes que em momentos de crise profunda conseguem elevar a consciência dos demais e partir para greves, ocupações e manifestações que atacam a burguesia e seus governos.

À noite foi realizado um debate sobre conjuntura do país. Na mesa estavam o POR, a UNE, o MAIS e POVO SEM MEDO.

Este debate contou com uma participação maior de estudantes e foi importante para mostrar as diferentes análises da conjuntura e das etapas que se seguirão.

Em resumo, a posição do POR se diferenciou no sentido da crítica de que as bandeiras e as novas tarefas não podem estar a serviço da constituição de uma frente de oposição burguesa ao governo golpista. A unidade defendida pelos representantes da UNE, da Frente Povo Sem Medo e do MAIS careceram da defesa da estratégia de poder e da definição do conteúdo de classe. Evitaram qualquer menção à conciliação de classes e não se referiram às críticas do representante do POR quanto aos acordos de demissão assinados pelo sindicato dos metalúrgicos. Evitaram também expor a essência do balanço sobre a política burguesa do PT. De maneira que o POR centrou sua exposição em torno da tarefa de constituir um movimento dos explorados e da juventude oprimida independente da política burguesa. O que necessariamente exige rechaçar a estratégia eleitoral do PT e das esquerdas. O que exige partir das reivindicações mais elementares das massas e desenvolver a estratégia do governo operário e camponês. Foram muito importante no debate as colocações do POR sobre o lugar decisivo da classe operária na luta de classes. O representante do POR concluiu apresentando o livro "Ascenso e Queda do PT" e convidando os presentes a participarem de sua discussão no dia 18 de setembro.

O sindicato deve continuar mobilizando os professores e técnicos administrativos, para paralisações maiores que culminarão numa greve geral dos servidores federais.

Só a mobilização massiva vai arrancar da pauta do dia a PEC 241 e os cortes que deixarão ainda pior a situação dos trabalhadores e estudantes dos IFs.

Manifesto eleições 8 de setembro de 2016

Carta do Partido Operário Revolucionário sobre as eleições municipais

Aos operários, aos camponeses, à juventude e aos demais oprimidos

As eleições municipais se realizam sob o triunfo do golpe de Estado. O impeachment de Dilma Rousseff foi a demonstração mais clara de que os partidos da burguesia e o Congresso Nacional podem passar por cima das eleições. Quem elegeu a presidente foi o povo por maioria, mas quem a destituiu não foi o povo, mas sim o poder econômico.

A burguesia é a classe minoritária, mas é quem decide, em última instância, a política de Estado. Os explorados são a maioria, mas não exercem o poder. Pelo contrário, o voto da maioria serve

apenas de instrumento para resolver as disputas eleitorais entre os partidos da burguesia. Os candidatos que se elegem não servem à maioria oprimida que os elegeu. Servem de fato à minoria exploradora.

Muito se fala em soberania popular do voto. O que é uma fraude política. A soberania é poder. E as eleições sempre garantem o poder dos representantes partidários da minoria capitalista. Jamais os explorados imporão sua soberania sobre a classe capitalista por meio do voto. Notem que os mais variados partidos que pedem o voto da população são, direta ou indiretamente, ligados

a frações e grupos econômicos. Por trás deles, estão os capitais financeiro, industrial, comercial e fundiário. Os débeis partidos de esquerda expressam mais claramente as camadas da pequena-burguesia urbana (da classe média). O proletariado ainda não constituiu um partido capaz de usar as eleições como instrumento auxiliar no combate ao domínio da burguesia.

Os milhões de votos dos operários, dos camponeses e da pequena-burguesia são pulverizados em torno dos partidos que darão continuidade ao regime de exploração do trabalho. Regime de exploração que mantém a maioria na pobreza e miséria. Que não garante emprego a todos. Que utiliza as demissões para proteger seus lucros e capitais. Que precisa de um exército de desempregados para ter mão-de-obra abundante e manter os baixos salários. Que não assegura habitação, saúde e educação de acordo com a necessidade da maioria. Que gesta todo tipo de discriminação e manifestação da opressão de classe (racismo, opressão sobre a mulher, opressão nacional sobre indígenas, etc.).

Que empurra uma importante parcela da juventude para as bárbaras formas de existência no capitalismo em decomposição. Que promove reformas previdenciária e trabalhista contrárias à vida dos assalariados e dos camponeses. Que sangra o Tesouro Nacional para pagar a parasitária dívida pública. Que entrega as riquezas nacionais ao capital imperialista.

Nada desses grandes e graves problemas enfrentados pela maioria oprimida pode ser assumido pelos partidos que usam as eleições para preservar o capitalismo e reproduzir o poder da minoria exploradora. Nas eleições, esses problemas não fazem parte de um movimento real por sua erradicação. Vemos e lemos nas propagandas este ou aquele problema. Fala-se em melhorar a vida dos pobres e miseráveis. As necessidades das massas são apresentadas de forma geral e usadas para ganhar votos. Oculta-se que o desemprego, o salário mínimo de fome, o precário sistema público de saúde, as más condições habitacionais, as discriminações, toda sorte de violência, etc. têm suas raízes na propriedade capitalista dos meios de produção e na brutal exploração do trabalho. Na caça de votos, os partidos estão obrigados a mencionar as dificuldades enfrentadas pela maioria. A eleições são, portanto, um grande véu que oculta as causas da miséria e o domínio de classe da burguesia.

Um partido só é revolucionário se usar as eleições para denunciá-las. Para mostrar que a classe operária e a maioria oprimida devem tomar em suas próprias mãos a solução da miséria e da pobreza. Devem se colocar no campo da revolução e arrancar o imenso véu que esconde o sistema de exploração do trabalho e a dominação burguesa.

Operários, camponeses, juventude e demais oprimidos, viemos à sua presença defender nas eleições municipais o voto nulo. Não há nenhum partido que defenda o programa revolucionário. Nenhum partido que encarne as reivindicações dos explorados. Nenhum partido que seja capaz de unir os explorados contra os ataques dos capitalistas aos empregos e salários. Nenhum partido

que desponte como uma força dirigente da maioria oprimida contra o governo golpista de Temer, contra a burguesia opressora e contra o imperialismo saqueador.

O Partido Operário Revolucionário em construção está impossibilitado de utilizar as eleições com candidaturas próprias para defender o programa da revolução. A democracia que impera é dos ricos, das oligarquias regionais e dos poderosos capitalistas.

A política eleitoral depende inteiramente dos recursos despendidos pelos grupos econômicos. A possibilidade do partido revolucionário atuar nas eleições é mínima, depende de a classe operária levantá-lo em seus ombros contra os partidos da burguesia.

Existem partidos de esquerda legalizados e que participam das eleições, mas estão adaptados ao capitalismo e à sua democracia oligárquica. Não se opõem aos partidos da burguesia com o programa da revolução proletária, que é o da tomada do poder pela maioria oprimida e pela transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade social. Não trabalham por unir a classe operária e os camponeses em uma aliança contra o regime de exploração e opressão dos pobres da cidade e do campo. Não partem das necessidades da maioria para desenvolver sua política e não servem de canal de luta direta das massas em defesa de suas reivindicações. E não se colocam

por organizar uma frente única nacional de defesa da vida dos trabalhadores, de combate aos exploradores e aos saqueadores imperialistas. Está aí por que não apoiamos nenhum dos partidos de esquerda contra os partidos burgueses.

A democracia burguesa somente comporta partidos que se submetem à classe capitalista e ao funcionamento autoritário do Estado. Está aí por que é discriminadora. Os grandes partidos têm tudo para fazer suas campanhas. Tomam quase todo o tempo no rádio e televisão. Contratam cabos eleitorais. Contam com a proteção dos empresários. Os partidos burgueses menores fazem alianças com os maiores. Podem tirar proveito como auxiliares da política patronal. Os partidos de esquerda são os mais discriminados. Praticamente, não têm acesso aos meios de comunicação. Para sobreviverem, adaptam-se ao máximo à opinião pública de setores da classe média oposicionista ao governo de plantão. A engrenagem eleitoral funciona precisamente para garantir o domínio dos grandes partidos burgueses.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff revelou o tamanho da podridão que está na base das relações políticas no interior do Estado, portanto, da democracia burguesa. O tráfico de influência política, as alianças partidárias e o funcionamento das instituições estão alicerçados nos mais variados interesses e influência de grupos econômicos. O que resulta no favorecimento de corporações privadas e no prejuízo das necessidades públicas.

O governo golpista de Temer pôs em marcha as reformas da previdência e trabalhista. São medidas de proteção aos interesses privados da burguesia contra os interesses coletivos dos explorados. O mesmo partido, o PMDB, que fazia parte do governo de Dilma Rousseff, chefiou o golpe de Estado. Uniu-se à oposição

Muito se fala em soberania popular do voto. O que é uma fraude política. A soberania é poder. E as eleições sempre garantem o poder dos representantes partidários da minoria capitalista. Jamais os explorados imporão sua soberania sobre a classe capitalista por meio do voto. (...) Os débeis partidos de esquerda expressam mais claramente as camadas da pequena-burguesia urbana (da classe média). O proletariado ainda não constituiu um partido capaz de usar as eleições como instrumento auxiliar no combate ao domínio da burguesia.

golpista liderada pelo PSDB/DEM para ampliar e aprofundar o ataque à vida da maioria oprimida. São essas forças que comandam as eleições municipais, diante de uma esquerda pulverizada e incapaz de combater no terreno da luta de classes.

Como então se manifestar conscientemente nas eleições? Colocar-se por detrás dos partidos da burguesia? Pulverizar-se por trás da esquerda pequeno-burguesa? Não, estes não são o caminho a seguir. O voto nulo é a resposta em tal circunstância. Defendemos que os explorados anulem o voto em sinal de que não aceitam nenhuma das variantes burguesas e pequeno-burguesas. Anulem o voto em defesa do programa e da construção do partido revolucionário.

Programa que afirma com todas as letras que o proletariado é a classe revolucionária que dirigirá a maioria oprimida para a tomada do poder pelos métodos da luta de classes e para a transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. Programa que tem por objetivo derrubar o poder da burguesia e constituir um governo operário e camponês, que exercerá a ditadura de classe do proletariado, portanto, da maioria oprimida, contra a burguesia minoritária. Que realizará as tarefas democráticas do Brasil semicolonial, expropriando os latifúndios, nacionalizando as terras, permitindo acesso aos camponeses pobres e libertando o país do domínio imperialista. Que tomará em suas mãos a solução das necessidades mais prementes dos explorados. E que elevará a democracia operária e popular a formas coletivas de administração da economia e da vida social infinitamente superiores diante da mais evoluída democracia burguesa, que no Brasil é mutilada por seu caráter burguês-oligárquico.

É preciso combater as ilusões democrático-eleitorais que arrastam as massas por trás dos partidos da burguesia. Só podemos travar esse combate sob a bandeira do programa revolucionário e da construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Conclamamos os explorados e a juventude a votarem nulo em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário. É preciso transformar o partido embrionário em um partido dirigente dos explorados e da juventude oprimida. É preciso materializar o programa do POR em poderosa força social. A defesa do voto nulo é circunstancial. É-nos imposta pela situação política e pelo pouco desenvolvimento do partido. Antes, durante e depois das eleições, defendemos a luta pelas reivindicações dos explorados e por sua independência de classe. É compreensível que uma parcela da vanguarda consciente se colocará por trás

de um dos partidos de esquerda. Acham que não devem perder o voto. Que é melhor fortalecer eleitoralmente esta ou aquela corrente que se dizem socialistas. Estão equivocados estrategicamente. É preciso combater as ilusões democrático-eleitorais que arrastam as massas por trás dos partidos da burguesia. Só podemos travar esse combate sob a bandeira do programa revolucionário e da construção do partido marxista-leninista-

trotskista.

Operários, camponeses, juventude e demais oprimidos, votem nulo nas eleições municipais em defesa do programa da revolução proletária, das reivindicações que unem os explorados contra a exploração capitalista e dos métodos coletivos de luta! Votem nulo em prol da luta por um governo operário e camponês! Votem nulo por transformar o embrionário Partido Operário Revolucionário em partido dirigente da maioria oprimida! Votem nulo contra os partidos da burguesia! Votem nulo contra as reformas da previdência e trabalhista! Votem nulo contra o governo golpista de Temer!

Frente Revolucionária em defesa do voto nulo, do método da ação direta e da mobilização em São Sebastião/SP

No município de São Sebastião/SP, houve uma reunião entre militantes do POR e da Luta Socialista (LS), corrente interna do PSOL, para a formação de uma Frente Revolucionária para intervir nas eleições municipais e na mobilização no município. A Frente se tornou possível depois da saída do PSOL do município de uma fração oportunista, que assumiu um cargo na gestão do PSC. Diante do quadro, o PSOL decidiu por não lançar candidatos para as eleições.

Na primeira reunião, foi acordada a produção de um panfleto, de um texto de análise da situação do município e da realização de um debate sobre as esquerdas e as eleições. O objetivo da intervenção é propagandear as posições de que as eleições são um campo próprio da burguesia e a atuação dos socialistas, através de candidaturas ou em defesa do voto nulo. A tarefa é a de organizar as massas para a luta, nunca em gerar ilusões democráticas eleitorais.

Nesse sentido, impulsionar a frente única sindical e de movimentos sociais, com os métodos da ação direta, contra os ataques que os trabalhadores estão sofrendo, como o arrocho, desemprego, anúncio da reforma da previdência, trabalhista, processo de privatização da Petrobras, etc. Para o POR, o objetivo de atuar nas eleições é o de defender a construção do partido revolucionário, assentado no programa da revolução proletária.

Manifesto 9 de setembro de 2016

Combater as reformas antinacional e antipopular do governo golpista com greves e manifestações

Enfrentar as demissões em massa e o desemprego local, regional e nacional

Unificar em um só movimento a luta dos operários, camponeses, juventude e demais oprimidos

Esse é o caminho para pôr abaixo o governo usurpador de Michel Temer

O compromisso dos partidos que derrubaram o governo de Dilma Rousseff foi o de aplicar um violento programa de ajuste fiscal e de reacionárias medidas antinacional e antipopular. As reformas da previdência e a trabalhista atacam de conjunto os assalariados,

as profissões liberais e os pequenos proprietários.

Está claro que o governo golpista desencadeará a ofensiva decisiva assim que terminarem as eleições municipais. Passada a disputa interburguesa, o governo golpista terá o campo livre para

negociar com a sua base de apoio os passos que serão dados para impor as reformas.

Os capitalistas e suas associações empresariais (FIESP, CNI, etc.) apoiaram o impeachment para Temer ir mais fundo no “ajuste fiscal”, ajuste esse que Dilma apenas havia iniciado. A burguesia derrubou o governo eleito para sacrificar ainda mais a vida das massas e para proteger os interesses do grande capital.

A reforma da previdência foi colocada no topo das prioridades. Cresce a campanha capitalista para fixar a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres. Dificulta à maioria que começa a trabalhar mais cedo a obter a aposentadoria. Rompe a diferenciação entre homens e mulheres.

A reforma trabalhista, por sua vez, faculta aos patrões aumentarem a exploração da força de trabalho e incrementarem seus lucros. O princípio jurídico da supremacia do negociado sobre o legislado é um atentado às antigas conquistas da classe operária. Pretende-se dar aos capitalistas a total liberdade de aumentar ou reduzir a jornada de trabalho reduzindo os salários. Pretende-se facilitar as demissões, flexibilizar a forma de contratação e de remuneração, desonerando os custos trabalhistas. Pretende-se em geral rebaixar nacionalmente o valor da força de trabalho: produzir mais com salário menor.

Trata-se para os capitalistas de ajustar o princípio econômico da exploração do trabalho, que prescreve o aumento da produtividade com salário menor. Os economistas, associações empresariais e governo se colocaram de acordo de que a principal dificuldade de concorrência das manufaturas brasileiras no mercado mundial se deve à baixa produtividade da força de trabalho e aos salários elevados.

Ocorre que em toda parte, de uma forma ou de outra, se faz as reformas para eliminar antigos direitos trabalhistas. Essa ofensiva mundial contra as condições de existência das massas corresponde à crise estrutural do capitalismo. Os monopólios necessitam de proteção à taxa de lucro, que sofre com a tendência de queda. Não por acaso, cresce o desemprego e os salários são dilapidados mundialmente. A pobreza e a miséria retomaram o seu curso ascendente depois do breve período de crescimento do comércio internacional, que se encerrou em fins de 2008. A crise tem sido longa. Tudo indica que irá se prolongar ainda mais. Apesar de se manifestar em condições variadas nos distintos países, as suas consequências têm sido brutais para os explorados.

O “ajuste” no Brasil também é ditado pelos monopólios e pelo capital financeiro. No centro dos desequilíbrios, encontram-se a gigantesca dívida pública e o monumental parasitismo financeiro. A culpa é atribuída, no entanto, à previdência e às leis trabalhistas. A previdência porque seria deficitária e insustentável. As leis trabalhistas porque supostamente travam os investimentos, o crescimento e a abertura de postos de trabalho. A responsabilidade, portanto, é jogada nas costas dos explorados que não fazem senão produzir a montanha de riquezas e receber sua parte na forma de pobreza e miséria.

O governo do PT procurou administrar as contradições conjunturais e estruturais do capitalismo por meio da política de colaboração de classes. Contou com a inestimável ajuda da burocracia sindical. Com o vento a favor, parecia que suas teses reformistas eram justas. Chegou a tempestade e sua política foi varrida.

A dívida pública voltou a se impor, como se impôs diante dos governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A crise estrutural do capitalismo e sua

decomposição se caracterizam precisamente pelo predomínio do parasitismo financeiro. As forças produtivas já não têm como se desenvolver presas que estão às relações capitalistas de produção e cerceadas pelas fronteiras nacionais. O golpe institucional se explica, em última instância, por essas contradições. Em outras palavras, o governo do PT já não tinha como ir adiante com o “ajuste fiscal” exigido pelo capital financeiro (parasitário), sem que rompesse a conciliação de classes sobre a qual se assentava.

Pode-se dizer que o que importa agora é enfrentar o governo golpista. Certamente que sim, essa é a tarefa. É preciso uma frente única de combate às suas reformas e à política francamente pró-imperialista. Mas é bom entender o conteúdo econômico-financeiro do golpe para ter claros os obstáculos que explorados enfrentam. Derubar as medidas anunciadas por Michel Temer significa confrontar com o capital financeiro e monopolista, empenhado em manter o sistema parasitário que orbita a dívida pública, que implica o pagamento anual de cerca de R\$ 600 bilhões em juros e amortizações.

O problema está em que os sindicatos e centrais não estão por rechaçar integralmente as reformas antinacionais e antipopulares, mas por negociá-las, como negociaram no governo petista. Não estão por rechaçar a dívida pública. O que quer dizer que não estão por lutar pela independência nacional e pela solução das tarefas democráticas do Brasil semicolonial. Esse fundo programático determina a posição do PT, dos sindicatos, das centrais e da Frente Brasil Popular diante do governo golpista e de suas reformas.

As manifestações sob a bandeira de “Fora Temer” e “Eleições Já” não correspondem à tarefa de derrotar as reformas e pôr abaixo o governo pela ação das massas, o que exige a defesa da estratégia de poder próprio, materializada na luta por um governo operário e camponês. Nisto reside até o momento a fraqueza e a incapacidade de as manifestações servirem de canal das amplas massas.

Os explorados não apenas não apoiam o governo golpista como dão sinais de descontentamento. Uma campanha nacional pela derubada das reformas da previdência e trabalhista, pelo fim das demissões, pela recontração do demitidos, pela redução da jornada sem reduzir os salários, pelo salário mínimo vital, pela terra aos camponeses e pelo não pagamento da dívida pública pode mudar a situação, abrindo caminho para a classe operária sair em combate e se colocar à frente das necessidades da maioria nacional oprimida.

A política de conciliação de classes que continua a vigorar sob o governo golpista é o principal obstáculo à organização da luta local, regional e nacional. É o que mostram os acordos do sindicato metalúrgico do ABC com as montadoras, que têm resultado em demissões e graves prejuízos aos direitos trabalhistas da classe operária como um todo. É o que mostra a convivência da Força Sindical com o governo usurpador.

Sob o governo de Dilma, em 2015, 1,54 milhão postos de trabalho foram fechados e durante os meses do processo do impeachment, os assalariados continuaram a padecer com as demissões em massa, no entanto, os sindicatos e as centrais nada fizeram para organizar a resistência. Sem resposta de suas organizações, a classe operária não teve como se levantar como a força social de combate ao capitalismo em decomposição.

O divisionismo sindical, o corporativismo e o colaboracionismo da burocracia dificultam, quando não impedem, que a classe operária tome a frente das manifestações e crie as condições para derrotar a ofensiva da burguesia contra os explorados. É necessário rejeitar a política que subordina o combate às reformas antina-

cional e antipopular de Temer à bandeira de “Eleições”.

Os explorados atenderão ao chamado para derrubar a reforma da previdência e trabalhista, bem como para defender os empregos e salários. Em defesa de suas condições de existência, se chocarão com o governo golpista, se organizarão no campo da independência de classe e darão um passo à frente em direção ao poder próprio. Se não for assim, o governo golpista será mantido, avançará a reforma em favor do grande capital, a burocracia sindical se curvará e a pobreza e a fome aumentarão.

Trata-se de defender a todo custo as condições de existência da classe operária, dos demais oprimidos e da juventude. Diante das demissões em massa, lutamos pela redução da jornada sem redução dos salários, pela escala móvel das horas de trabalho, efetivação dos terceirizados e estabilidade no emprego. Diante da alta do custo de vida, pela escala móvel de reajuste. Diante da miséria e da fome, pelo salário mínimo vital. Diante das reformas antinacional e antipopular, abaixo o governo golpista de Temer, em defesa da previdência e dos direitos trabalhistas. Diante da recessão e degradação da economia nacional, não pagamento da dívida pública, voltar os recursos em favor das forças produtivas. Diante dos milhões de camponeses pobres, sem recursos e sem-terra, expropriação do latifúndio, sem indenização, entrega das terras aos camponeses.

Esse programa de reivindicações é o ponto de partida para

constituir uma poderosa frente única de maioria nacional oprimida dirigida pela classe operária. Convocar assembleias sindicais e populares. Organizar os comitês de empregados e desempregados e de camponeses. Ampliar as manifestações contra o governo golpista de Temer.

Chamamos os explorados e a juventude a cerrarem fileira em torno da construção do Partido Operário Revolucionário. Uma crise econômica e política como a que atravessa o Brasil e o mundo somente pode ser enfrentada com o programa da revolução proletária. As tentativas de reformar o capitalismo e democratizar o Estado oligárquico não fazem senão alimentar a crise e levar os explorados à derrota. Estamos vivendo essa experiência. Nossa tarefa é a de superá-la, resolvendo a crise de direção revolucionária. Lutemos com todas as forças pela construção do partido revolucionário, sob a estratégia da ditadura do proletariado e da luta pela constituição do governo operário e camponês.

Pela constituição de uma poderosa frente única anticapitalista e antiimperialista!

Pela derrota do governo antinacional e antipopular de Temer!

Um só movimento em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhista e previdenciário!

Levantar as bandeiras de: “Ocupar as fábricas que estão demitindo” e “Controle operário da produção”

O setor automotivo, em dois anos, destruiu 200 mil postos de trabalho. As montadoras cortaram 31 mil empregos. Nas autopeças, 50 mil. E mais de 124 mil, nas concessionárias. O que significa mais de 200 mil. As montadoras estão impondo o Programa de Demissão Voluntária (PDV), como foi o caso da Volks, Ford e Mercedes. Nas fábricas de Taubaté e São José dos Pinhais, a Volks manterá o mesmo acordo feito no ABC, que demitiu milhares nesses últimos meses. As multinacionais não consideram como demissões os acordos de PDVs. Estipulam uma meta de cortes de empregos, abrem o PDV e, quando não atingem a meta, demitem, como foi o caso da Mercedes, que pelo PDV conseguiu eliminar 1047 metalúrgicos e o restante (370) demitiu. Portanto, ou os operários aceitam o PDV, ou são demitidos. Sob intensa pressão, só resta assinar a carta de demissão.

Se se verificar que as montadoras empregavam no país 157 mil trabalhadores, há dois anos atrás, agora são 126 mil, e que desse total 2,5 mil estão em lay-off (suspensos temporariamente) e 19,8 mil em PPE (Programa de Proteção ao Emprego), mais demissões estão por vir. A crise econômica está longe de ser contida, embora o governo Temer faça a propaganda diária de que os negócios da burguesia estão reanimando. O que salta à vista é a monumental onda de demissões que atinge as famílias operárias.

As burocracias sindicais se mostram impotentes diante da destruição dos postos de trabalho e do rebaixamento salarial (PPE). Ao invés da luta de resistência coletiva, partem para os acordos de traição à classe operária. Basta que olhemos o que passou na Volks, Mercedes, Ford, para citar apenas três montadoras. Procuram convencer os trabalhadores de que não há outra saída senão a de aceitar o PDV, lay-off e PPE. Sem luta e desanimados, os operários comparecem individualmente diante das multinacionais para assinar a

carta de demissão, obtendo alguns trocados que mal dão para pagar as contas. É essa mesma burocracia que no discurso se coloca contra as demissões, a perda de direitos e que reúne um pequeno punhado de metalúrgicos para os atos programados. Trata-se de burocratas traidores e servis aos interesses dos capitalistas.

A ausência de uma direção classista no seio da classe operária tem dificultado a luta contra as demissões e contra as burocracias sindicais. O POR, por meio do Boletim Nossa Classe, tem denunciado o papel conciliador das direções sindicais, defendido as assembleias gerais e a constituição de uma frente única para enfrentar as demissões e defender os direitos trabalhistas e previdenciários. Não há outra via, senão a da luta direta. Mas é preciso contrapor o palavreado das burocracias e seus acordos traidores, levando as bandeiras de “Ocupar as fábricas que estão demitindo” e impor o “Controle Operário da Produção”. Se os capitalistas demitem porque há excesso de produção, ocupemos as fábricas. Se os capitalistas dizem que as vendas caíram, que abram seus livros de contabilidade. Lutamos para concretizar uma bandeira de tradição da luta dos trabalhadores, que é a do controle operário da produção.

Impulsionar a marcha dos desempregados

Cubatão, importante região industrial, reúne hoje milhares de operários desempregados. O setor petroquímico vem sendo devastado. A cidade e todos os setores de serviços dependem do funcionamento desse polo. No dia 12, mais de três mil desempregados ganharam as ruas da cidade, exigindo a volta dos empregos. Concentraram em frente ao Ciesp (centro de indústrias) e foram recebi-

dos pelo representante da patronal. Estavam presentes também as empreiteiras, que farão parte da “parada” de manutenção da refinaria Presidente Bernardes e, demagogicamente, se colocaram em recontratar os demitidos para essa “parada”.

A manifestação dos desempregados foi importante, porque mostrou a disposição de luta. Sinalizou que é tarefa dos sindicatos a organização dos desempregados e a constituição dos comitês de demitidos. E reforçou que a luta pelos empregos passará pela unidade dos empregados e desempregados. Porém, essa luta deve se colocar no campo da independência de classe. Os patrões (incluindo as empreiteiras) têm interesses opostos aos dos operários. Na verdade, usam a disposição de luta dos desempregados para impor seus interesses de classe capitalista.

O exemplo dos operários de Cubatão nos indica que é preciso organizar a marcha local, regional e nacional dos desempregados e empregados em defesa dos postos de trabalho.

Na frente, o palavreado em favor dos direitos; pelas costas, a conciliação com o ministro golpista

As Centrais sindicais novamente se reuniram e aprovaram um calendário de mobilização, chamado “Esquenta para a greve geral”. Depois do fracassado “esquenta”, no mês de agosto, agora marcaram dois atos: dia 22 e 29 de setembro. Dizem que, no dia 22, a mobilização privilegiará o funcionalismo público e, no dia 29, os metalúrgicos. Aí começa o problema. Se de fato se pretende a greve geral, é preciso unir e não dividir.

Tudo indica que as burocracias objetivam usar limitadas mobilizações para aumentar o poder de negociata junto aos capitalistas e governo. É o que vêm demonstrando as reuniões entre as centrais e o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira/PTB. Na frente, o discurso de “Nenhum direito a menos”, por trás, as negociatas com os golpistas. Sem nenhum constrangimento, a CUT trouxe o ministro para o sindicato do ABC para endossar o PDV na Mercedes e procura um pacto com os golpistas, dizendo que não pode recusar ao chamado do governo porque é “representante dos trabalhadores”.

Pela via das negociatas e acordos traidores, não tem como ganhar a confiança da classe operária e explorados para a greve geral. Ao contrário, a greve geral se coloca para enfrentar os capitalistas e governos. É uma greve econômica/política contra a burguesia e seus representantes no poder do Estado.

Almoço da conciliação de classes

A CUT/PT e mais cinco centrais oficiais participaram do almoço com o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, no dia 14 de setembro. O ministro golpista convidou as centrais para amenizar os efeitos do anúncio da reforma trabalhista, que tem entre as medidas, está o aumento da jornada de trabalho para 12 horas. Novamente, os burocratas saíram elogiando a conduta do ministro golpista como sendo “bastante produtiva”, porque se “comprometeu a apoiar as medidas que valorizem o emprego e o trabalho”. Trata-se, como se vê, de burocracias podres a serviço dos governos de plantão.

Durante o almoço/reunião, apresentou-se a proposta de recriação do Conselho Nacional do Trabalho (CNT). O CNT tripartite (governo, empresariado e burocracia sindical), funcionaria como órgão consultivo acoplado ao ministério do Trabalho. Portanto, essas direções sindicais vendidas aceitaram negociar pontos da reforma

trabalhista do governo Temer pela via do CNT.

Após as eleições municipais, Temer imporá as reformas trabalhista e previdenciária

O governo golpista imporá um duro ataque aos trabalhadores. Algumas das medidas que farão parte da reforma trabalhista vieram a público, como o aumento da jornada de trabalho para 12 horas diárias. A jornada de 8 horas foi uma conquista do movimento operário internacional, introduzida no Brasil à custa de muita luta operária. Mas os acordos de compensação de horas, jornada de segunda a sexta-feira, para não trabalhar aos sábados, permite aos capitalistas impor a jornada acima das 8 horas. Os patrões, por meio desses acordos, querem que os operários tomem como uma conquista se livrar da exploração aos sábados. Não! Os finais de semana também foram uma conquista. Como se vê, os exploradores da força de trabalho vão burlando as leis trabalhistas, impondo acordos que quebram os direitos. O que quer Temer é legalizar os acordos que já existem de aumento da jornada de trabalho. Daí as 12 horas.

A redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, é uma reivindicação de proteção diante da violenta exploração capitalista e de ampliação dos empregos. Há um limite físico e psíquico do trabalhador que deve ser defendido. Assim, ao invés de 12 horas diárias, é preciso que a classe operária e demais oprimidos levantem a bandeira que unifica os empregados e desempregados, que é a redução da jornada.

Há, também, a proposta de dois novos contratos: por produtividade e por horas trabalhadas. Ambos, desobrigam os capitalistas a pagar o 13º, FGTS e férias integrais. O que dificulta as aposentadorias, quebra direitos e aumentam a exploração e a rotatividade de mão-de-obra.

Outro ataque é a reforma da previdência. Para isso, faz uma acirrada campanha de que a previdência é a grande responsável pelo rombo das contas do governo. No entanto, o que se passa é o contrário. A Previdência Social, que integra a Seguridade Social, possui fontes próprias de receitas que, somadas, são superavitárias, mesmo com as isenções que os governantes dão aos empresários e com as aposentadorias do trabalhador rural. O objetivo da reforma é a privatização, avanço das previdências complementares.

Entre as medidas da reforma da previdência estão: 1) a exigência de 35 anos de contribuição e mínimo de 65 anos de idade. O que torna quase impossível alcançar a aposentadoria; 2) desvinculação do reajuste do salário mínimo do valor das aposentadorias. O que significa mais miséria para milhões de aposentados; 3) avanço dos planos de previdência privadas, obrigando uma parcela de trabalhadores a pagar outra fonte de contribuição; 4) eliminação de antigas conquistas dos servidores públicos vinculados à educação (aposentadoria especial). Trata-se de um brutal ataque ao impor a idade mínima, a redução dos valores das pensões, alteração para menor nos cálculos dos benefícios e desvinculação das aposentadorias ao salário mínimo.

Está aí por que a luta contra a reforma da previdência deve, sobretudo, se colocar contra a privatização. É preciso denunciar a conduta traidora das direções sindicais de aceitar negociar pontos das reformas trabalhista e sindical. Ao contrário, é preciso defender a frente única sindical para pôr abaixo as reformas do governo golpista. E defender, no caso da Previdência, um só sistema público, sob o controle da classe operária. Fim da previdência privada e dos planos complementares.

Avançam os ataques do governo golpista contra a Petrobras - É preciso levantar uma campanha unitária e combativa contra estas medidas

O processo de privatização da Petrobras - que o governo chama pelo eufemismo de *desinvestimento* e *venda de ativos* - se acelerou após a indicação de Pedro Parente, por parte do golpista Temer, para a presidência da estatal. Os ataques aos trabalhadores e à nação são muitos: demissões de terceirizados e de efetivos, avanço na venda de campos de petróleo e de subsidiárias, avanço no Congresso na tramitação do projeto de lei que retira da Petrobras a obrigatoriedade de operar ao menos 30% dos campos do pré-sal, etc.

Demissões

Com o interesse de “enxugar” o quadro próprio da empresa para tornar mais fácil e atrativa ao capital a venda da empresa, a direção da Petrobras anunciou no primeiro semestre deste ano mais um Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Ao todo, foram quase 12 mil inscritos, atingindo o objetivo estabelecido pela direção da empresa.

As demissões são ainda maiores e mais duras entre os trabalhadores terceirizados. Além do número muito maior, estes são demitidos, em muitos casos, pela não renovação do contrato de trabalho por tempo determinado, o que não lhes garante nenhum direito à indenização ou verba rescisória. Um levantamento, realizado pela Folha de São Paulo e divulgado em março deste ano, aponta que nos últimos três anos já foram mais de 169,7 mil demitidos no sistema Petrobras, sendo a ampla maioria de terceirizados.

Pernambuco

Grito dos excluídos em Recife

No dia 07 de setembro, cerca de 20 mil pessoas marcharam pelas ruas de Recife no Grito dos Excluídos. O ato iniciou na Praça do Derby e percorreu ruas e avenidas do Centro até a Praça da Independência, sob a bandeira do Fora Temer. Predominou o conteúdo eleitoral desta consigna. Na linha de frente do ato, cartazes apontavam os candidatos golpistas, em Recife, para que os eleitores não votassem neles. Pouco importa que o mesmo PT em Caruaru faça aliança com o PSB denunciado na capital. Ou que o PCdoB componha a coalizão que tenta a reeleição de Geraldo Júlio (PSB) em Recife. A denúncia aos golpistas depende da ocasião. Ao mesmo tempo, os candidatos à prefeitura João Paulo (PT), Edilson (PSol) e Pantaleão (PCO) circulavam buscando votos, assim como vários candidatos a vereador. O PSTU, que lançou suas candidaturas no ato unificado do dia 16 de agosto, não compareceu

Venda de campos de petróleo e de subsidiárias

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou no dia 22 de julho uma reestruturação da subsidiária BR Distribuidora com a intenção explícita de facilitar uma futura venda da subsidiária.

No dia 28 de julho, foi anunciada a venda do Campo de Carcará, no pré-sal, por US\$ 2,5 bilhões à petroleira norueguesa Statoil. Segundo o diretor financeiro da Petrobras, o entreguista Ivan Monteiro, “a venda do campo é a maior operação já realizada no segmento de petróleo no país.”

Em agosto, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) derrubou a decisão de suspender a venda de 49% da subsidiária Gaspetro para a empresa japonesa Mitsui. Logo após o anúncio da venda, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) ingressou com uma ação judicial pedindo a anulação da venda, pedido este aceito, em caráter liminar, pelo juiz de primeiro grau. O TRF-1 fundamentou a sua decisão na importância da segurança jurídica para garantir os investimentos no país.

Tramitação do PL 4567/16 no Congresso

O PL 4567/16 deve ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados depois das eleições municipais deste ano. O Projeto, já aprovado no Senado, na prática, retira da Petrobras a obrigatoriedade da participação em 30% da exploração de petróleo no pré-sal, permitindo a pene-

tração total do imperialismo neste setor.

FUP E FNP se mobilizam

Diante de tantos ataques, as duas federações dos petroleiros iniciaram mobilizações em suas bases. Destaque para o estado de São Paulo, onde foi realizado um Congresso Unificado entre as duas federações e aprovadas ações unitárias, como caravanas conjuntas de mobilização. Após a conclusão do golpe de estado por meio do impeachment, a FUP/CUT deixou de ser governo e passou para a oposição ao governo Temer, no entanto, é preciso que esta abandone também o método de conciliação de classes e assumo o método da ação direta. É urgente que a FNP e FUP superem o divisionismo e constituam uma frente única sindical baseada na defesa comum das reivindicações, nas assembleias conjuntas, nas manifestações e nos bloqueios.

É preciso também que os petroleiros se unam às campanhas mais gerais contrárias às já anunciadas reformas da previdência e trabalhista, formando uma frente única sindical nacional contra qualquer ataque aos trabalhadores.

*Não pagaremos a gigantesca dívida pública com nossos empregos e salários!
Nenhuma demissão, arrocho ou retirada de direitos!
Pela efetivação de todos os terceirizados!
Em defesa do método da ação direta!
Estatização integral da Petrobras, sem indenização, sob o controle operário!*

de forma organizada no Grito dos Excluídos, a CSP-Conlutas também estava ausente.

Um grande bloco foi formado pelos presentes do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que empunhava cartazes com as reivindicações contra a “contrarreforma” da previdência, trabalhista, cortes nos direitos sociais por meio da PEC 241, pela “auditoria cidadã” da dívida e denúncias sobre as condições dos trabalhadores, mulheres, negros e LGBT. A tônica neste bloco era a de vincular a bandeira de Fora Temer com a de Greve Geral, provavelmente pela influência do PCB.

O ato concluiu com uma mística conduzida pelos setores da igreja em que a democracia, representada por um caixão, foi queimada e suas cinzas lançadas sobre os manifestantes apregoando seu ressurgimento.

O Partido Operário Revolucionário distribuiu seu manifesto mos-

trando a necessidade de unir os explorados e oprimidos em torno de suas reivindicações como emprego, salário, contra os cortes nos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, por terra aos camponeses e pelo não pagamento da dívida pública. O chamado no manifesto era o

Ceará

O Grito dos excluídos e a massiva manifestação pelo “Fora Temer” em Fortaleza

Em Fortaleza, houve dois atos no feriado de 7 de setembro. Pela manhã, ocorreu, no Jangurussu, o Grito dos Excluídos organizado pela CNBB, pastorais, PT e MTST. Teve como tema: “Este sistema é insuportável: exclui, degrada e mata.” A composição foi bastante proletarizada e contou com cerca de 1.500 manifestantes. O ato serviu mais para campanhas eleitorais dos candidatos a vereadores e a prefeito do PT do que para o combate e denúncia das medidas antipopulares dos governos Camilo Santana/PT, Roberto Cláudio/PDT e Michel Temer/PMDB. As forças políticas não tiveram acesso ao carro de som, que ficou sob o controle da igreja.

O POR participou do grito dos excluídos com seus materiais, com um manifesto defendendo a unidade dos explorados para enfrentar os ataques de Temer e com a venda do jornal Massas.

No período da tarde, aconteceu, na Avenida Beira-mar, o 1º grande ato contra o governo golpista de Temer e por novas eleições. A convocação foi realizada pelas redes sociais (os organizadores eram PSol, ‘independentes’, juventudes do PT etc.). Segundo a imprensa burguesa, participaram cerca de 20 mil pessoas. A composição social foi marcadamente de classe média. As correntes políticas à frente do ato fizeram um acordo para evitar intervenções no carro de som.

Rondônia

BALANÇO DO GRITO DOS EXCLUÍDOS EM PORTO VELHO

Em Porto Velho, antes de o PT assumir a presidência em 2003, no dia 07 de setembro, na atividade do “Grito dos Excluídos”, a militância petista comparecia à avenida com manifestos e trazia os movimentos sociais que liderava, como o MST. Assim, o número de manifestantes do “Grito” era maior do que o número de espectadores das festividades oficiais do dia 07 de setembro. Vários movimentos e correntes levavam faixas e realizavam panfletagem com a população. Os militantes do POR e o Comitê Popular de Lutas em Defesa do Socialismo atuavam em frente única com todos os movimentos, denunciando a barbárie capitalista e defendendo a ação direta na luta dos trabalhadores.

Ocorre, porém, que, desde a chegada do PT no executivo, os movimentos abandonaram a avenida principal. A igreja católica e o PT fizeram chamado para se manifestarem em outros locais: na periferia da cidade e o Bispo da época pediu para que os fiéis não comparecessem à avenida que ainda era utilizada pelo Comitê de Lutas em Defesa do Socialismo e pelos militantes do POR, que não quiseram abandonar o lugar historicamente de protestos em Porto Velho.

Tão logo a burguesia com a qual se aliou para chegar ao executivo lhe deu as costas, a militância do PT (com a pastoral da Igreja Católica) retornou encabuladamente na avenida do centro para o “Grito dos Excluídos”.

de buscar a unidade para enfrentar o governo golpista de Temer com o programa de luta dos explorados, com organização coletiva de massa, com independência de classe e sob a estratégia própria de poder da maioria explorada, o governo operário e camponês.

A presença massiva é uma demonstração do profundo descontentamento, que se amplia atingindo várias camadas dos explorados. O governo golpista do PMDB/PSDB, porém, tem encontrado resistência apenas em setores da pequena burguesia e da juventude. A classe operária ainda se mantém distante, em parte amordaçada pelas burocracias sindicais, e em parte letárgica, diante da ausência de reivindicações que defendam com afinco as suas condições de vida.

As correntes do PT, o PSOL, o MAIS, o NOS e o PCdoB se perfilaram em torno da bandeira de “Fora Temer” e novas eleições, reforçando as ilusões eleitorais. Defendem uma saída no campo da democracia burguesa para a grave crise política no Estado. O POR interveio no ato formando um pequeno bloco com seus simpatizantes e empunhando bandeiras e uma faixa. Nela defendia: “Abaixo o governo golpista de Temer! Por um governo operário-camponês!”. Distribuiu um manifesto e puxou palavras de ordem.

Ao final do ato, quando se fazia a dispersão dos manifestantes, a PM disparou balas de borracha, bombas de efeito moral e usou spray de pimenta contra estudantes, que acabaram feridos. A responsabilidade política pela violência policial cabe exclusivamente ao governador Camilo Santana, que vem ampliando a repressão sobre a luta dos oprimidos no estado do Ceará.

Assim, no último dia 07 de setembro, a Frente Brasil Popular, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e a Comissão Pastoral da Terra – CPT fizeram um ato contra o governo golpista, com cartazes, faixas e palavras de ordem contra Michel Temer.

O objetivo do ato era furar o bloqueio da polícia e ocupar toda a avenida onde ocorriam as manifestações oficiais. Eram aproximadamente 200 militantes que foram barrados pela força policial.

O interessante dessa “volta” dos petistas e seus satélites é que, diante da queda do governo Dilma e da proximidade das eleições municipais, eles se utilizaram novamente dos espaços de luta para buscar ganhar visibilidade, já que não viam mais necessidade disso. O intento dos petistas é controlar os movimentos que devem se levantar no próximo período e utilizá-lo com fins eleitoreiros, como sempre fizeram.

Para o POR, os atos e manifestações serão utilizadas para buscar organizar uma frente única para lutar contra as medidas do governo golpista e organizar a luta por direitos, salário, emprego e contra a dívida pública. Não nos negamos à unidade, mas diferenciamos o oportunismo das correntes que se voltam novamente para a luta com o objetivo de freá-la. Impulsionaremos as próximas manifestações, buscando convocar os trabalhadores e a população para a mobilização e para ação direta.

Balanço do Congresso da ADUERN

O IX Congresso da Aduern reuniu os participantes entre os dias 19 e 21 de agosto. Pela primeira vez, a CPE (Corrente Proletária na Educação) participou de um Congresso da categoria onde se conseguiu fazer três grupos de discussões. A participação da categoria pode ter vários motivos. A confiança na nova direção (é a primeira direção da Aduern sem o PT e PCdoB, depois de cerca de duas décadas) e o fato de ter sido na cidade do Campus Central.

O importante é que o Congresso contou com 7 TRs (Textos de Resoluções), sendo dois da CPE. Coube, no entanto, à direção da Aduern (os dissidentes do PT e PCdoB) a defesa das ideias do PT e PCdoB.

Característica política do congresso

O Congresso foi marcado pela situação pela qual passa a categoria no momento. O PT e o PCdoB compareceram extremamente fragilizados politicamente. Não apresentaram TRs e escoraram-se nas propostas apresentadas pelos seus representantes na direção da Aduern.

A categoria tem se distanciado da influência do reformismo petista e do estalinismo, porém, não se emancipado de suas ideias. O PT tem perdido militantes para os órgãos de comando do Estado burguês, seja no âmbito federal (quando com Dilma), estadual e municipal em Mossoró. Portanto, não possui mais militantes dispostos à atuação no movimento sindical. São poucos os que ainda resistem.

O PCdoB perdeu grande parte dos seus militantes. Nesse caso, integraram-se à burocracia universitária ou abandonaram a militância, desiludidos com a submissão do estalinismo na ordem burguesa.

Coube à direção da Aduern, que rompeu com a estrutura partidária do PT e PCdoB, a defesa das ideias reformistas. Nota-se que o distanciamento é um processo político que vem da desmoralização dos partidos de esquerda que se adaptaram ao sistema capitalista. Esse acontecimento favoreceu a defesa de posições pela CPE/POR, que obteve vitórias políticas significativas. Os delegados aprovaram suas propostas em dois dos três grupos e itens na Plenária Final.

A votação do regimento interno

Logo no início, a CPE fez a luta política contra a cláusula de barreira do Regimento Interno (Art. 28, parágrafo único), que estabelece a obrigatoriedade de se obter 30% dos votos nos grupos para que a proposta fosse apreciada na Plenária Final.

O problema da cláusula de barreira é que impede a democracia operária. Serve à burocracia e favorece as correntes políticas majoritárias. Assim, filtram-se as posições que vêm dos grupos, impossibilitando que o Plenário discuta as divergências e tome posições conscientes. A eliminação das diferenças pela via burocrática e autoritária é típica da política burguesa.

A cláusula de barreira surgiu nos congressos dos sindicatos dos trabalhadores acompanhando o processo de burocratização do PT. Dirigente dos sindicatos mais combativos no Brasil, os sindicalistas petistas (com o apoio dos stalinistas do PCdoB)

avançaram contra a democracia operária nos órgãos de luta dos trabalhadores no mesmo momento em que se integravam ao sistema capitalista. O PT deixou de dirigir vários sindicatos atualmente, mas essa prática ficou impregnada no movimento sindical brasileiro.

Os votos 15 dos delegados pela retirada da cláusula de barreira foi um passo à frente na defesa da democracia sindical. 16 votaram a favor de sua manutenção, o que evidenciou que a burocracia perdeu terreno. A categoria docente avança no seu entendimento da necessidade de uma democracia maior nos fóruns do sindicato.

As propostas reformistas

As propostas reformistas e estalinistas estiveram presentes em vários momentos na ideologia da categoria, apesar da fragilidade política do PT e PCdoB, que contavam com pouquíssimos delegados. São mais de duas décadas de reformismo que precisa ser superado. Como destaque, observamos a ideia da pressão parlamentar, a defesa da Autonomia Financeira e a participação na Auditoria Cidadã.

A ideia de reivindicar dois parlamentares a rejeição do projeto de previdência complementar (privada) coloca o movimento dos docentes dependentes do jogo político da classe dominante.

O campo de luta dos trabalhadores é a rua, os piquetes, as manifestações de massas, a ocupação, enfim, a ação direta. Formar *lobby* no parlamento da burguesia só serve aos partidos políticos eleitorais, que fazem jogo de cena na defesa dos trabalhadores, buscando atrair votos. Nessa situação, os políticos da burguesia defendem, por conveniência, o interesse dos trabalhadores.

A pressão parlamentar serve aos partidos eleitorais porque cria a ilusão nos trabalhadores de que se tiver mais representantes no parlamento da burguesia, eles podem criar leis a seu favor. Assim, incentiva o movimento dos trabalhadores a criar expectativas no parlamento da burguesia. Ao contrário, a ação direta das massas ensina que o Estado e o parlamento são burgueses, se os trabalhadores querem conquistar suas reivindicações devem buscar a luta de classes contra a burguesia e suas instituições através da luta nas ruas.

A CPE deu exemplo da votação na Assembleia Legislativa de nosso Estado. Fernando Mineiro (PT), Hermano de Moraes (PMDB) e Kelps (Solidariedade) votaram contra a retirada do dinheiro da previdência social pelo governo do Estado do PSD. São nossos aliados? Nem sequer isso. O PT iniciou a reforma da previdência privada no funcionalismo federal. Hermano de Moraes (PMDB) é político capacho das oligarquias Alves, faz oposição ao governo do Estado em defesa dos interesses dessa oligarquia. E Kelps é o político testa-de-ferro dos empresários de ônibus. De olho nas eleições municipais, Kelps fez demagogia. Portanto, todos são contrários às necessidades dos trabalhadores.

A outra proposta reformista, nesse caso pró-burguesa, por ser totalmente neoliberal, foi a de autonomia financeira. Essa

proposta teve uma vitória incontestável e demonstra o quanto está incorporada ideologicamente na categoria. A CPE tem feito uma luta árdua contra essa proposta.

A autonomia financeira é uma proposta neoliberal da burguesia que procura desresponsabilizar o Estado com o financiamento da educação. Seja pelo ICMS ou pelo PIB, não importa, vai de encontro à obrigatoriedade do Estado de financiar a educação. A autonomia financeira começou pela educação básica, como proposta do Banco Mundial, em sua Conferência de Educação para Todos, na década de 1990. Ela foi transpassada para o ensino superior no governo FHC (PSDB), pioneiramente na USP. Hoje, a USP atravessa uma das suas maiores crises financeiras.

O PT e o PCdoB conseguiram plantar uma confusão tão grande na categoria com o legalismo burguês. Eis por que não faltaram argumentos contrários às teses da CPE, baseados no artigo 207 da Constituição Brasileira, para se afirmar que se deve aplicar a Lei a autonomia financeira. O certo é que prescreve uma “autonomia universitária”, que tem por conteúdo o poder da burocracia e que serve de braço administrativo do Estado. A CPE defende a autonomia universitária como soberania da assembleia universitária e governo tripartite eleito pelos estudantes, funcionários e professores. O que pressupõe o fim do reitorado burocrático e autoritário.

A proposta de Auditoria Cidadã tem na direção atual uma militância engajada nessa proposta. É um problema porque, ao invés de negar a dívida externa e interna, a acaba confirmando. O que devemos buscar não é a diminuição de 70% ou 90% da dívida pública, mas negá-la completamente. A Auditoria Cidadã da Dívida Pública é uma proposta claramente burguesa, que se opõe à luta das massas pelo não pagamento.

Para a CPE esse problema é de classe. Não foi a nossa classe que fez essa dívida, mas a burguesia e por ela beneficiada. Assim, não devemos pagar nenhum tostão. A dívida pública serve para saquear as riquezas do País e manter a nação oprimida através da dependência econômica com os países imperialistas, detentores do capital financeiro. A CPE defendeu o não pagamento da dívida pública (externa e interna), como parte da luta pela independência e soberania do País.

As propostas da CPE aprovadas

A proposta de “financiamento total da educação pelo Estado” causou grande confusão. Retirada de todo o seu contexto de defesa da educação vinculada à produção social, em contraposição à defesa da educação democrática e de qualidade, portanto, burguesa, acabou sendo aprovada com o acréscimo “das instituições públicas”. Esse acréscimo desfigurou completamente a proposta. Infelizmente, a CPE não percebeu isso no exato momento.

Ora, a CPE não colocou que o financiamento da educação pelo Estado era “das instituições públicas” porque não defendemos a coexistência do público com o privado. A continuação correta da proposta da CPE seria pela estatização de todo o sistema privado de educação. Como o tema era sobre a educação

democrática e de qualidade, a proposta, desvinculada do todo, perdeu sua identidade fundamental.

A aprovação dessa proposta, mesmo com o remendo, é contraditória com a defesa da autonomia financeira. Ou o Estado financia totalmente as instituições públicas ou fornece a autonomia financeira. Autonomia financeira não é autonomia administrativa. Uma coisa é administrar o dinheiro enviado pelo Estado, outra coisa é ter autonomia para arrecadar verbas independentemente do Estado.

Por fim, foi muito importante a aprovação da proposta apresentada pela CPE/POR de “salário mínimo vital, que sustente uma família de quatro pessoas. Que as assembleias gerais de base dos trabalhadores decidam quanto” em contraposição à defesa dos reformistas e stalinistas do salário do Dieese.

A proposta obteve 14 votos contra 6 pelo Dieese e 6 abstenções. Portanto, mesmo considerando as abstenções, a proposta obteve maioria dos votos. Agora, é pressionar a direção para que cumpra a proposta do Congresso nas campanhas salariais da categoria, discutindo o salário mínimo vital e não a interpretação arbitrária do artigo 11 do PCCS da categoria.

A atualização do plano de cargos carreira e salários (PCCS)

Porém, foi contraditória a aprovação da proposta do salário mínimo vital com a ideia da direção da Aduern de atualização do PCCS. A atualização do PCCS da categoria proposto pela direção da Aduern não só é contrária à proposta aprovada como retira direitos conquistados dos trabalhadores.

A proposta apresentada pela direção da Aduern discutida em vários *campi* com a categoria, troca o nome de adjunto, auxiliar e assistente por classes, aumenta níveis e, de acordo com a direção, corrige distorções salariais do antigo PCCS. Além disso, muda os percentuais por titulação e institui uma data base para a categoria ter aumento salarial.

Em primeiro lugar, grande parte dos delegados desconhecia a proposta. Uma outra parte tinha visto nos endereços eletrônicos. Portanto, a CPE, apesar de reconhecer a legitimidade da discussão sobre a atualização do PCCS, argumentou pela sua não aprovação e pelo envolvimento da categoria, massivamente, em sua discussão. A direção argumentou que desde o Congresso de Patu que essa proposta existia. Porém, isso não mudava em nada a realidade de que o conjunto da categoria a desconhecia.

A proposta de aumentar níveis encanta uma parte da categoria por causa da melhoria salarial. Entretanto, apesar da diretora da Aduern enfatizar, a todo momento, a estratificação da categoria em busca de melhorias salariais, pode causar um efeito de sua acomodação na luta pelo aumento salarial. Além disso, a fragmentação da carreira desune os docentes e introduz uma diferenciação artificial que não corresponde ao sistema de trabalho.

Por fim, a proposta aprovada no Congresso retira direitos. A ascensão por tempo de serviço é retirada. Ora, em período de luta contra a burguesia em defesa dos direitos trabalhistas,

O que devemos buscar não é a diminuição de 70% ou 90% da dívida pública, mas negá-la completamente. A Auditoria Cidadã da Dívida Pública é uma proposta claramente burguesa, que se opõe à luta das massas pelo não pagamento.

Para a CPE esse problema é de classe. Não foi a nossa classe que fez essa dívida, mas a burguesia e por ela beneficiada. Assim, não devemos pagar nenhum tostão.

o que menos precisávamos era dos próprios trabalhadores proporem atualizações em PCCS que retiram direitos.

Construir As Frações Revolucionárias

O IX Congresso pode ser considerado um marco entre os professores universitários do Rio Grande do Norte. Permitiu a

diferenciação programática, política e sindical da Corrente Proletária da Educação/POR diante das posições dos reformistas. Possibilitou a discussão das divergências. A tarefa do momento é compreender as lições da integração do PT e PCdoB ao sistema capitalista e construir as frações revolucionárias, futuras e verdadeiras alternativas, para o sindicalismo de luta de classes.

Paraná

Londrina: protesto em defesa do direito ao passe livre

O comitê pelo passe livre, redução da tarifa e estatização do transporte coletivo e o DCE da UEL e da UTFPR protestaram em defesa do direito do passe livre estudantil

Após o bloqueio da renovação do passe livre e a negação de novos cadastros pela prefeitura de Londrina, os estudantes se reuniram em frente à companhia de urbanização CMTU e exigiram a garantia do benefício.

Com receio da exposição contra a administração da prefeitura, logo no início da manifestação, a diretoria solicitou que o movimento entrasse para negociar as reivindicações. Os estudantes denunciaram a situação de bloqueio da prefeitura, denunciaram a falcatura do subsídio que a prefeitura fornece à empresa para pagar o benefício e defenderam que somente a estatização do transporte, sob controle dos trabalhadores poderia ser a solução do problema do transporte como um todo na cidade.

O prefeito Alexandre Kreff, do PSD, na campanha eleitoral, tinha como proposta a criação do passe livre para os estudantes. Criou-o por meio de um subsídio milionário

à empresa TCGL e Londrisul, que são as exploradoras do transporte da cidade. Ou seja, o empresário não perde nada com o passe livre, pois recebe tudo de volta com o subsídio. Dinheiro da população para encher o bolso do capitalista.

O benefício do passe livre ampliou o direito e muitas pessoas voltaram a estudar, o que explodiu o orçamento previsto pelos administradores da prefeitura. Por isso, e como Kreff não é mais candidato, mandou cortar novos acessos e também a renovação de quem já possuía.

Após o protesto, o movimento teve respostas concretas para solucionar o problema pelo menos dos acessos negados. Dias antes, diante da convocação do movimento, a CMTU ampliou o prazo e liberou alguns acessos. Isso como tentativa de impedir a manifestação.

Como se vê, a luta pelo passe livre aos estudantes e desempregados só ganhará força com a mobilização direta, com os protestos de rua envolvendo cada vez mais a população explorada.

Nossa luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Lançamento do Livro “Ascenso e Queda do PT, em Mauá

O POR realizou na cidade de Mauá o lançamento de seu quarto livro “Ascenso e Queda do PT”. Trata-se de um esforço do partido de reunir a vanguarda para discutir a trajetória do PT, particularmente na região do ABC, local das maiores greves operárias dos anos 80 e onde se forjou o Partido dos Trabalhadores.

Apesar das dificuldades de convocação, os militantes do POR fizeram uma apresentação sobre a importância do livro, nesse momento em que a burguesia cassou o mandato de Dilma Rousseff/PT e alimenta as ações da Operação Lava Jato, objetivando punir

severamente as principais lideranças do PT. Não houve um expositor das principais posições do POR sobre o PT, partido que se oligarquizou para chegar ao poder do Estado. A militância destacou pontos essenciais do curso tomado pelo PT, como o seu 1º Congresso, que condenou a revolução e a ditadura proletárias e aprovou o programa “democrático e popular” e as razões da saída do POR do PT, em 1990.

Os participantes criticaram a corrupção que tomou conta do PT, as alianças eleitorais com partidos da burguesia e a incapacidade do PT/CUT em defender o governo Dilma diante do impeachment. O POR aproveitou para mostrar o caráter de classe burguês do governo petista e a estatização dos sindicatos, que dificultaram a mobilização dos operários contra o golpe.

No final, houve a leitura e discussão sobre a apresentação do livro. E se finalizou destacando a necessidade da construção do partido operário revolucionário, de propagandear o programa do proletariado para a revolução no Brasil e de penetrar essas ideias junto à classe operária, motor das transformações sociais.

Adquira com o distribuidor de Massas:

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxista-leninista-trotskistas em torno da formação do partido revolucionário. O livro Ascensão e Queda do PT é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.

R\$ 35



Nesta edição:

- Bolivia: Declaração Política Da 1ª Reunião Do Ampliado Nacional Fabril
- A 43 anos do golpe pinochetista

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Essa declaração foi apresentada pela delegação de trabalhadores de La Paz, no Ampliado Nacional Fabril, realizado nos dias 2 e 3 de setembro, em Cochabamba.

Bolivia

Declaração Política da 1ª reunião do Ampliado Nacional Fabril

Aos companheiros fabris do país e à opinião pública nacional:

A Reunião do Ampliado Nacional Fabril, depois de realizar um balanço exaustivo e sério da última mobilização fabril a nível nacional, produto da demissão de mais de 800 trabalhadores da Enatex, chegou às seguintes conclusões, que procuram estabelecer uma nova linha política e sindical para o movimento operário boliviano, objetivando enfrentar as futuras lutas locais, regionais e nacionais.

1. A crise estrutural capitalista, que atinge o mundo inteiro, é uma crise de superprodução de mercadorias, que invadem e saturam (selvagem concorrência entre os monopólios) todos os rincões do planeta e avassalam o nosso mercado interno, penetrando por todos os lados, de forma legal ou ilegal. A fragilidade de nossa infra-estrutura industrial faz com que não consigamos competir em iguais condições diante da invasão de produtos manufaturados do exterior, a baixos preços. Esta situação atenta permanentemente contra a nossa garantia de emprego, ameaçando os nossos postos de trabalho com o fechamento das fábricas.
2. O nosso país, cuja característica de ser capitalista atrasado com economia combinada, ao longo de sua história somente pôde, por vontade das castas dominantes, ser um país destinado a viver das migalhas do saque de nossas matérias-primas em proveito das economias estrangeiras. Atualmente, por causa da crise estrutural do capitalismo, como país semicolonial, estamos condenados a suportar todo o peso da crise. Nós, trabalhadores fabris, pagamos o preço por nosso escasso desenvolvimento industrial e pela falta de uma verdadeira classe capitalista industrial com capacidade de impulsionar o desenvolvimento econômico em seu conjunto. A história de nosso país desconhece uma classe com estas características. O que temos é uma burguesia intermediária e vendida ligada aos manejos do Estado para saquear as matérias-primas, associada, para a sua sobrevivência, aos interesses imperialistas.



3. Uma das conquistas obtidas no último conflito foi a de ter desmascarado o caráter burguês e antioperário do governo, quando se revelou um carrasco dos trabalhadores da Enatex. Como também a sua política rentista e entreguista dos recursos naturais, priorizando a entrega destes às multinacionais e aos cooperativistas, oposta a uma verdadeira política de fomento da indústria nacional, de controle das fronteiras e da ausência de tarifas que protejam a produção interna. Ao mesmo tempo, provocou o fechamento de dezenas de fábricas e centenas de microempresas, nestes 10 anos de governo. Com um hipócrita discurso “industrialista”, o governo do MAS esconde uma administração corrupta e uma política de gastos descontrolados dos recursos do Estado em obras desnecessárias, como o centro nuclear, satélites e palácios luxuosos. Não se tem investimentos produtivos que encaminhem o país para o início de um processo de industrialização.
4. Depois de muitos anos em que o setor se encontrava influenciado e amordaçado pela política neoliberal, imposta pela “livre contratação”, renasceu o movimento fabril, contra o “relocalizador” Decreto Supremo 2765, organizando uma poderosa mobilização nacional com a participação ativa e unitária de todos os trabalhadores fabris do país. Luta na qual não conseguimos impor as reivindicações, mas saímos fortalecidos. Com um estado de ânimo que prevalece nas fileiras dos trabalhadores, com disposição para enfrentar futuras lutas em defesa de nossos interesses. E com a clara tarefa de lutar para se transformar na vanguarda política e física do movimento operário e popular, lugar que foi deixado pelo movimento mineiro desorientado pelas dádivas recebidas pelo poder executivo. Definitivamente, temos conseguido reencontrar com nossa valorosa história e as diretrizes revolucionárias de nossa classe.
5. Nossa plataforma de luta atual prioriza a defesa da estabilidade de todos os trabalhadores, a nível nacional, e a defesa intransigente de nossas conquistas trabalhistas, por

uma aposentadoria justa e digna com aporte tripartite (trabalhador, empresa e governo); por um atendimento necessário e rápido nos diferentes institutos de seguridade social, pela abertura de mercados e fechamento de nossas fronteiras e, sobretudo, lutar ferreamente contra a penalização dos trabalhadores. Hoje, os empresários utilizam estes novos métodos para controlar os trabalhadores. Exigimos também o fim das corporações policiais, fiscais e juizes corruptos, que se enriquecem à custa dos pobres. Lutamos também por um salário mínimo vital, que permita que uma família viva com dignidade. Por fim, pelo direito à moradia a todos os trabalhadores e ao povo.

6. O movimento fabril reivindica o princípio elementar da INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E SINDICAL DA CLASSE OPERÁRIA FRENTE AOS EMPRESÁRIOS, AO GOVERNO E AO ESTADO BURGUESES, como também o princípio do SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO. Os sindicatos se constituíram historicamente para defender e resguardar os interesses dos trabalhadores em sua luta cotidiana contra os capitalistas e o Estado, por isso devem guardar distância do governo de plantão. O Estado boliviano é um instrumento de opressão nas mãos da classe dominante para subjugar as classes exploradas; suas instituições, como o Ministério do Trabalho, se colocam de maneira totalmente parcial diante dos interesses dos capitalistas. Nossa luta deve se dar no plano da luta de classes com nossos próprios métodos de luta, como a ação direta e a mobilização; para isto, é urgente recuperar a nossa memória histórica, nossa velha tradição contestadora e revolucionária.
7. Os trabalhadores não têm conseguido nada com o famoso “pacto político” com o governo, pelo contrário, temos recebido um novo “massacre branco”, igual ao de 1985, por isto devemos romper este “acordo”, realizado nos anos anteriores por dirigentes vendidos ao oficialismo. Aqueles que falam de reconduzir o “processo de mudança” pretendem confundir as bases, porque não houve, não há e nem haverá mudança alguma para os trabalhadores. Continua plenamente vigente nas fábricas o Decreto Supremo 21060 e a sua famosa “flexibilização trabalhista”, instrumentos que utilizam os donos do capital para violar diariamente

os direitos trabalhistas. Não pode haver pacto algum com os inimigos da classe operária.

8. Nós, trabalhadores fabris, convocamos a constituir uma frente comum de todos os explorados bolivianos. Uma unidade revolucionária de todos os setores sociais do país voltada a arrancar do poder executivo todas as nossas reivindicações e derrotar o arrogante Evo.

9. Para evitar o fechamento das empresas, como no caso da Enatex, bem como a violação de benefícios e outros direitos, os trabalhadores devem recuperar uma histórica prática do sindicalismo mineiro, o CONTROLE OPERÁRIO COLETIVO, que é uma severa fiscalização por parte dos trabalhadores da área financeira, do processo produtivo e da administração de uma determinada fábrica. Práticas estas que evitarão antecipadamente o fechamento da empresa.

10. Não podemos permitir mais nenhuma demissão. Por isso, diante do anúncio

do fechamento de qualquer fábrica, nós trabalhadores fabris responderemos com a imediata OCUPAÇÃO E TOMADA DA FÁBRICA, para que estas passem a ser administradas pelos operários e que desta maneira se resguarde e se garantam as nossas fontes de trabalho, como fizeram os trabalhadores de Punto Blanco y Polar, no departamento de La Paz.

11. Fazemos um chamado aos nossos irmãos operários, às nossas organizações de base, para deliberar, no marco de nossos interesses de classe, sobre o rumo que devemos tomar e que não pode significar outra opção senão a de enfrentar a crise, garantir a estabilidade nos empregos, desenvolver o aparato produtivo, impulsionar a industrialização reorientando a manufatura de nossos recursos naturais, ampliar o mercado interno, criar mais postos de trabalho; ou seja, acabar com a exploração capitalista que somente saqueia as nossas fontes de riqueza. Não devemos nos conformar em ser somente força de trabalho e massa de manobra eleitoral para eleger os nossos próprios carrascos. Nós operários, junto aos camponeses e as classes médias empobrecidas das cidades, devemos fazer uma frente comum para acabar com um sistema de opressão, que somente beneficia a um punhado de exploradores e parasitas e que submete a grande maioria à miséria. Devemos ter como orientação a conformação de um Governo

Operário e Camponês, dirigido politicamente pelo proletariado e inspirado nas linhas centrais das teses de Pulacayo de 1946 e as Teses socialistas da COB de 1970.

Viva a unidade dos trabalhadores fabris do país!

Viva a Confederação de Trabalhadores Fabris

da Bolívia!

Viva a Central Operária Boliviana!

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 30

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Chile - 11/09/1973

A 43 anos do golpe pinochetista

No dia 11 de setembro de 1973, as forças da Marinha de guerra e da Aeronáutica, coaligadas aos golpistas do Exército, liderado pelo general Augusto Pinochet, consumavam o golpe militar contra o governo da Unidade Popular (UP). O presidente Salvador Allende morreria no assalto das tropas golpistas contra a sede do governo. A derrocada da UP constituirá, assim, o ato final da ofensiva contrarrevolucionária da burguesia e do imperialismo para acabar com a experiência frente-populista chilena.

O golpe se propôs varrer as reformas sociais e as limitadas medidas de nacionalização, operando assim uma mudança nas relações entre as classes no país e abrindo a passagem às medidas antinacionais e antipopulares, ditadas pelo imperialismo. A queda da UP representou nesse processo apenas o capítulo final do governo que se propunha alcançar o socialismo pela via da democracia e das instituições burguesas, isto, na época em que somente a luta de classes implacável pode decidir os rumos da contrarrevolução burguesa ou da revolução e ditadura proletárias.

Apesar de ser um governo respeitoso do grande capital e das instituições de dominação, a derrocada da UP era exigida pela reação burguesa como medida cirúrgica necessária para a remoção de um governo que já não mais conseguia conter o proletariado. E que se erguia em obstáculo para resolver a crise revolucionária aberta em favor dos capitalistas.

Está aí por que o golpe tinha por objetivo fundamental abortar a experiência de ascensão revolucionária do proletariado que começava a avançar na organização de seus organismos de duplo poder: os cordões industriais. Começando como organizações de caráter local (fábricas) e territorial (cidades), se projetariam nacionalmente em um “conselho” geral (coordenação de Cordões Industriais). A tendência do proletariado de se fortalecer como classe organizada à parte da burguesia aprofundou a crise revolucionária, que evidentemente tinha de se resolver pela via da força. Entretanto, o proletariado chegava a essa encruzilhada da história órfão de sua direção revolucionária e, ainda, preso às velhas direções políticas e sindicais reformistas e conciliadoras.

É essa dialética histórica que levou ao golpe contra o governo frente-populista do Partido Socialista (PS) e do Partido Comunista do Chile (PCCCH), e que posteriormente se projetaria no processo de redemocratização burguesa. Uma vez derrotado o proletariado, esmagada em sangue a vanguarda e assentados os cimentos econômicos e jurídicos para concretizar a desnacionalização e saque do país pelos monopólios, a via da redemocratização foi apresentada como solução pelo imperialismo à crise da ditadura pinochetista, que já não conseguia equacionar os atritos inter-burgueses, assim como resolver as contradições sociais que surgiam da crise econômica capitalista da década de 1980.

A saída ao impasse passou pela via de um pacto entre o regime militar e os partidos da ordem burguesa, organizados na CPD para garantir a transição, sem comprometer o ordenamento legal colocado em benefício do grande capital pela ditadura. A burocratização da Central Única de Trabalhadores (CUT), controlada pelos estalinistas, ajudaria a burguesia nesse objetivo estratégico.

Isso explica por que os frente-populistas do passado, agora puramente social-democratas apodrecidos, realizaram uma hipócrita e subserviente comemoração nestes 43 anos do golpe. Do lado da filha de Salvador Allende, Isabel, a presidente Bachelet

conclamou a defender a democracia no país, rendendo homenagem ao “democrata” Salvador Allende. Apenas a UDI (direitista e simpatizante do pinochetismo) tentou fazer a defesa da ditadura no parlamento, rapidamente questionada pela ampla maioria da população.

Evidentemente, essas diferenças em relação à defesa ou condeação verbal do golpe refletem a persistente divisão inter-burguesa. Enquanto o governo Bachelet tenta avançar em mínimas reformas para conter a sangria social de seu governo e desviar as tendências de luta das massas, a direita que controla o Parlamento trava quaisquer medidas nesse sentido. Porém, ambas as frações burguesas estão irmanadas nas medidas para enfrentar as tendências classistas e combativas das massas.

Há mais de quatro décadas do golpe, o país que foi o laboratório do receituário imperialista de medidas de desnacionalização, de avanço ao saque e de destruição de conquistas e direitos trabalhistas, constitui um dos países com o maior índice de miséria, de maior desigualdade entre ricos e pobres e onde mais se tem avançado a mercantilização da educação e da saúde e as jornadas de trabalho mais extensas com os salários mais baixos. Isso explica por que a “democracia pactuada” - cuja máxima expressão é a “Constituição do ‘80”, ditada por Pinochet - ainda continua vigente. E por que é hoje tão questionada pelas massas.

Nessa situação, a fração burguesa associada ao governo da NM ensaia diversas medidas distracionistas, visando a desviar as lutas operárias e populares, ameaçando a direita com uma Nova Constituinte e com a reforma política. Um caminho que conta com o apoio da burocracia da CUT, que precisa de uma via para conter o descontentamento dos explorados. A experiência histórica demonstra que a democracia e os partidos da ordem burguesa que sucederam à queda da ditadura constituiriam apenas um elo na cadeia na ditadura capitalista contra os oprimidos, ainda que ajustada às formas do eleitoralismo e do parlamentarismo.

Passados 43 anos do golpe, a burguesia pretende agora apagar da memória das massas as suas experiências de luta coletiva, de ocupação e expropriação de terras e fábricas e, especialmente, a criação dos Cordões Industriais pela classe operária, que avançou no caminho de sua independência de classe. É essa experiência que os oprimidos devem resgatar. À defesa do Estado de Direito e democracia burguesa brandida pelo governo burguês, deve-se opor a defesa da auto-organização das massas na luta por suas reivindicações.

Trata-se de extrair as lições do fracasso e traição da social-democracia e do estalinismo que se irmanaram na Frente Popular de conciliação de classe e de subordinação do proletariado ao Estado burguês. Os partidos Socialista e Comunista constituíram ao longo de um período histórico um bloqueio à luta independente das massas. Sua superação é, portanto, uma tarefa de primeira ordem. O que exige da vanguarda que avance no caminho da construção do partido marxista-leninista-trotskyista, cujo embrião existe no Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile.

Nestes 43 anos do golpe fascista de Pinochet, o trotskismo pode levantar bem alto a bandeira sem mancha da constituição do Partido Operário Revolucionária. Viva a revolução proletária que limpará no Chile as marcas fascistas dos algozes e verificará o sangue dos heroicos lutadores!

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”

No jornal *Massas*, nº 527, expusemos alguns aspectos da concepção leninista do partido. Concluímos a exposição com a seguinte síntese: O oposto da dispersão é a disciplina revolucionária. Sem ela não há centralização. Essas condições implicam que o partido do proletariado resulte de uma “seleção rigorosa de seus membros”. Há uma relação intrínseca entre a centralização, a disciplina, a seleção, o revolucionário profissional e o método científico do trabalho político no seio das massas.

Daremos sequência às formulações sobre o revolucionário profissional. Lênin identificava como um dos principais fatores da crise que afetava a socialdemocracia russa o “atraso dos dirigentes” diante do crescente movimento espontâneo das massas. Apontava como um erro capital “rebaixar” as tarefas políticas e organizativas “ao nível dos interesses imediatos” da luta econômica do dia-a-dia. Não se tratava de negar as manifestações instintivas do proletariado, mas de transformá-las em luta revolucionária, consciente, contra os opressores. Essa tarefa que cabe ao partido não podia ser cumprida se os revolucionários se adaptassem à espontaneidade das massas. A fração socialdemocrata adepta do espontaneísmo não apenas desprezava a atividade teórica como a combatia em nome da prática.

O despontar do proletariado na luta de classes e a sua confrontação com o Estado policial exigiam uma mudança na socialdemocracia que deixasse para trás o velho economicismo, o culto à espontaneidade das massas e os métodos primitivos de trabalho. O que exigia a transformação da socialdemocracia em um partido de quadros marxistas, que já vinha se forjando nos confrontos com a aristocracia, o czarismo e a impotente burguesia liberal. A noção de revolucionário profissional é extraída por Lênin nestas condições. Eis uma conclusão:

“Precisamente agora é quando o revolucionário russo, dirigido por uma teoria verdadeiramente revolucionária, apoiando-se em uma classe verdadeiramente revolucionária, que desperta espontaneamente, pode finalmente elevar-se em toda sua estatura e despender todas suas forças de gigante”. Para isso, era necessário que a socialdemocracia superasse o empirismo e a aversão à teoria revolucionária. O movimento do proletariado se encarregaria, por meio da experiência, de forjar um destacamento avançado.

Cabe ao partido transformar esse destacamento operário em revolucionários profissionais, que têm a teoria como guia da prática. Eis: “Devemos nos preocupar não apenas que a massa ‘coloque’ reivindicações concretas, mas também que a massa de operários ‘destaque’, em número cada vez maior, estes revolucionários

profissionais. Assim, pois, chegamos ao problema da relação entre a organização de revolucionários profissionais e o movimento puramente operário”. Evidentemente, tratava de novas questões organizativas, que envolviam a concepção marxista do partido.

Havia que superar a distinção e separação entre operários e intelectuais, entre aqueles que praticam e aqueles que formulam a política. O revolucionário profissional dava resposta a essa distorção.

De posse do diagnóstico sobre as causas da crise da socialdemocracia russa e da concepção do partido constituído por revolucionários profissionais, Lênin assenta a tarefa de elevar a capacidade dos dirigentes operários. Eis: “Este fato testemunha que nossas obrigações primordiais e imperiosas é contribuir para a formação de operários revolucionários, que, do ponto de vista de sua atividade no Partido, estejam ao mesmo nível que os revolucionários intelectuais (sublinhamos: do ponto de vista de sua atividade no Partido, porque em outros sentidos não é, nem muito menos, tão fácil, nem tão urgente, ainda que seja necessário, que os operários cheguem ao mesmo nível). Por isso, nossa atenção deve se dirigir principalmente em elevar os operários ao nível dos revolucionários e não a descer nós mesmos inevitavelmente ao nível da massa



“Este fato testemunha que nossas obrigações primordiais e imperiosas é contribuir para a formação de operários revolucionários, que, do ponto de vista de sua atividade no Partido, estejam ao mesmo nível que os revolucionários intelectuais (sublinhamos: do ponto de vista de sua atividade no Partido, porque em outros sentidos não é, nem muito menos, tão fácil, nem tão urgente, ainda que seja necessário, que os operários cheguem ao mesmo nível). Por isso, nossa atenção deve se dirigir principalmente em elevar os operários ao nível dos revolucionários e não a descer nós mesmos inevitavelmente ao nível da massa operária, como querem os economicistas, e inevitavelmente ao nível do operário médio, como quer ‘Svoboda’ (que, nesse sentido, passa ao segundo grau da ‘pedagogia’ economicista)”.

operária, como querem os economicistas, e inevitavelmente ao nível do operário médio, como quer ‘Svoboda’ (que, nesse sentido, passa ao segundo grau da ‘pedagogia’ economicista)”.

Nesse sentido, é dever do partido “ajudar todo operário que se distinga por sua capacidade a se tornar um agitador profissional, um organizador, um propagandista, um distribuidor, etc. Sem dúvida, as dificuldades para se desenvolver tal objetivo são imensas. A mais terrível está no fato do operário ser consumido na produção. Neste caso, bem específico, Lênin considera a possibilidade de o partido criar as condições básicas de sobrevivência. Assim, é formulado: “Todo agitador operário que tenha algum talento, que ‘prometa’, não deve trabalhar 11 horas na fábrica. Devemos arranjar um modo para que viva por conta do Partido, que possa passar à ação clandestina no momento preciso, que mude da localidade em que atua, pois de outro modo não adquirirá grande experiência, não ampliará seu horizonte, não poderá sustentar-se sequer alguns anos na luta contra a polícia”.

Essa formulação foi indevidamente generalizada como se o revolucionário profissional se caracterizasse por ter seu sustento garantido pelo partido. Há que se observar com rigor que se tratava especialmente de casos particulares de operários capazes de se transformarem em revolucionários profissionais no sentido leninista daquele que dedica toda a sua vida e energia à revolução.